



ESTADO DO PARANÁ



Folha 1

Órgão Cadastro: UNESPAR/APC		Protocolo:	Vol.:
Em: 30/09/2019 17:35		16.090.959-5	1
CPF Interessado 1: 678.710.039-68			
Interessado 1: PEDRO ALEXANDRE GOMES			
Interessado 2: -			
Assunto: AGRICULTURA, PECUARIA, ABASTECIMENTO	Cidade: APUCARANA / PR		
Palavras chaves: PROJETO			
Nº/Ano Documento: 47/2019	Origem: UNESPAR/APC/CCSA		
Complemento: SOLICITA-SE INCLUSÃO DE PAUTA NO CEPE PARA SUBMISSÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL CAMPUS DE APUCARANA.			
Código TTD: -	Para informações acesse: www.eprotocolo.pr.gov.br/consultapublica		



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE APUCARANA



MEMORANDO Nº 47/2019 DA DIREÇÃO DO CCSA APUCARANA

Apucarana, 02 de outubro de 2019.

Prezada
Maria Simone Jacomini Novak
Pró Reitora – Prograd

Assunto: Submissão de Projeto Pedagógico de Curso ao Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Considerando o Programa de Reestruturação do Curso, previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, venho por meio deste solicitar a submissão na reunião do Conselho De Ensino Pesquisa e Extensão- CEPE a ser realizado em 05 de Novembro de 2019, na Universidade Estadual do Paraná, no município de União da Vitória. O memorando refere-se ao novo Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social Campus de Apucarana, conforme documentos em anexo:

- I. Ata de aprovação do Colegiado do Curso de Serviço Social .
- II. Ata de aprovação do Centro de Ciências Sociais Aplicadas
- III. Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social .

Agradecemos, desde já, a atenção dispensada, e subscrevemo-nos com estima e consideração. Ficamos à disposição para quaisquer esclarecimentos.

PROF. PEDRO ALEXANDRE GOMES
DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS DO CAMPUS APUCARANA

Campus de Apucarana
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

Protocolo: 16.090.959-5
Assunto: Solicita-se inclusão de pauta no CEPE para submissão do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social Campus de Apucarana.
Interessado: PEDRO ALEXANDRE GOMES
Data: 22/10/2019 16:51

DESPACHO

Segue Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social

1. CURSO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

CURSO	Serviço Social	
ANO DE IMPLANTAÇÃO	2002	
CAMPUS	Apucarana	
CENTRO DE ÁREA	Centro de Ciências Sociais Aplicadas	
CARGA HORÁRIA	Em horas/aula: 3600	Em horas/relógio: 3000 horas
HABILITAÇÃO	<input type="checkbox"/> Licenciatura	<input checked="" type="checkbox"/> Bacharelado
REGIME DE OFERTA	<input checked="" type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas semestrais; <input type="checkbox"/> Seriado anual com disciplinas anuais e semestrais (misto).	

1.2 TURNO DE FUNCIONAMENTO E VAGAS

TOTAL DE VAGAS OFERTADAS ANUALMENTE		
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO/VAGAS POR PERÍODO	<input type="checkbox"/> Matutino <input type="checkbox"/> Vespertino <input checked="" type="checkbox"/> Noturno <input type="checkbox"/> Integral	Número de vagas: Número de vagas: Número de vagas: 50 vagas Número de vagas:

2. LEGISLAÇÃO SUPORTE AO PROJETO PEDAGÓGICO

- ✓ DE CRIAÇÃO DO CURSO: Decreto nº. 5839 de 03 de julho de 2002;
- ✓ DE AUTORIZAÇÃO DO CURSO: Parecer nº. 463/01, de 09 de novembro de 2001 da Câmara de Educação Superior, do Conselho Estadual de Educação;
- ✓ DE RECONHECIMENTO DO CURSO: Decreto nº 6102 publicado pelo DOU em 07 de fevereiro de 2006;
- ✓ BÁSICA (Diretriz Curricular Nacional do curso e resoluções afins): Conforme Parecer 492/2001, de 03/04/2001 do Conselho Nacional de Educação/Câmara Superior de Educação – MEC.

3. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

JUSTIFICATIVA

A alteração do PPC se justifica em função de uma proposta político-pedagógica pautada numa

perspectiva de totalidade e, que atenda às seguintes particularidades:

- 1 – Transição de Faculdades Isoladas para Universidade Multicampi, considerando a concepção de Instituição Social de Ensino Superior pública, gratuita, laica e autônoma;
- 2 – Considerar aspectos presentes no Projeto de Desenvolvimento Institucional - PDI e no Projeto Político Institucional - PPI, incorporando-os ao Projeto Pedagógico de Curso - PPC na perspectiva de estabelecer a relação necessária com a instituição;
- 3 – Priorizar as adequações do PPC às Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, considerando também, as exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais do MEC;
- 4 – Aprimorar o PPC com vistas a contribuir com a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.
- 5 – Adequar o PPC às particularidades e especificidades presentes no contexto local e regional em que o curso está inserido.
- 6 – Contemplar no PPC as demandas efetivas de natureza econômica, social, política, cultural e ambiental.

CONCEPÇÃO, FINALIDADES E OBJETIVOS

CONCEPÇÃO DE UNIVERSIDADE PÚBLICA

A discussão trazida aqui se insere no contexto do Programa de Reestruturação dos Cursos de Graduação da PROGRAD/UNESPAR e coloca em debate, avaliação e reavaliação os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) dessa Instituição de Ensino Superior pública e sua adequação às políticas, legislações e normas vigentes. Para tanto, é apresentado um conjunto de proposituras em torno da defesa da Universidade Pública, Gratuita, Universal, Laica e Autônoma. Os Cursos de Graduação em Serviço Social da UNESPAR – *Campus* de Apucarana e de Paranavaí se colocam em defesa desse modelo de Universidade e, apresentam os motivos que nos levam a tal posicionamento.

Para a discussão sobre o assunto, o texto traz uma breve contextualização histórica da universidade pública brasileira; aborda as tendências recentes da política pública de educação superior e aponta os efeitos que recai sobre a formação profissional no curso de Serviço Social. Por fim, o texto aponta alguns elementos para se pensar a respeito da universidade pública no contexto atual.

Cumprе salientar que se entende por universidade pública aquela que se expressa como uma instituição social, e não como uma organização social. No entanto, para situar a universidade no contexto atual, marcado pela herança do capitalismo neoliberal, é necessário entender que essa instituição [...] “realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma

realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada” (CHAUI, 2001, p. 35). Nesse sentido, compreender a trajetória da universidade brasileira é fundamental.

Por esse ângulo, é pertinente esclarecer que, no contexto brasileiro, registra-se no Império (1822-1889), uma concepção de universidade a partir da transposição do modelo português, “[...] uma ‘escola superior’, baseada na função de um ‘ensino magistral e dogmático’ [...] visando ‘preparar um certo tipo versátil de letrado, mais ou menos apto para o exercício de profissões liberais, relacionadas principalmente com a advocacia, a medicina e a engenharia’” (FERNANDES, 2008, p. 174).

Nota-se que a constituição de uma universidade pública nesses moldes reflete o caráter de dependência e atrelamento exteriores do país em relação aos países centrais, em total desconexão com a dinâmica social brasileira desse período. No contexto da República (1889-1930), nossa universidade pública enseja algumas mudanças: destaca-se a substituição do contexto de “escola superior” para o de “universidade”, tal acontecimento, marcado sobretudo pela Revolução Liberal da década de 1930, ocorre de “forma mais complexa e tortuosa: as escolas superiores agregadas entre si, mantidas e fortalecidas sua estrutura tradicional e suas tendências autárquicas pela conglomeração, passaram a ser chamadas de “universidade” (FERNANDES, 2008, p. 179). Nesse sentido, reitera-se mais uma vez o caráter fragmentado/setorializado da universidade brasileira desde sua gênese.

É, sobretudo, a partir das décadas de 1950/60 que o Estado, levado pelo contexto do desenvolvimento atrelado, pactua com uma concepção de universidade pragmática, baseada na formação da força de trabalho para o mercado. Como destaca Fernandes, (2008), esse fato se verifica, a partir de uma:

[...] maciça interferência norte-americana. Através de mecanismos criados de várias maneiras (da Aliança para o Progresso, dos acordos MEC-Usaid, da OEA, do Banco Mundial, do Banco Interamericano de Desenvolvimento, da União Pan-Americana etc.), os Estados Unidos passam a orientar dois tipos de influências: 1.º de desintegração do padrão brasileiro de escola superior (ou de universidade conglomerada); 2.º de formação e consolidação de padrões de ensino superior adaptados aos requisitos educacionais de uma sociedade competitiva e de massas. O que está em jogo não é, naturalmente, a “revolução pela educação” na América Latina ou no Brasil. Mas, especificamente, a constituição de condições para o arranco econômico e cultural, sob o desenvolvimento dependente (FERNANDES, 2008, p. 188).

Sintonizando a universidade em tempos contemporâneos, percebe-se ainda a forte influência do modelo de desenvolvimento atrelado aos organismos multilaterais. No contexto atual,

nota-se que em grande medida, a universidade é fortemente influenciada por princípios e práticas neoliberais hoje dominantes, incorporando e adotando tais princípios no seu processo de gestão.

As reformulações realizadas na educação, conduzidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso - FHC, (1995-2003), expressaram, de um lado, uma concepção de universidade como instituição de ensino e, de outro, uma universidade a serviço do padrão mercantil de produção do conhecimento. Esse modelo tem sua centralidade na heteronomia, e não na autonomia. O Estado, juntamente com os setores privados, amplia o poder de definição das agendas das universidades, imprimindo marcos políticos da competitividade econômica. Assim, é possível considerar que, no governo FHC, “o Brasil vivenciou mais uma etapa da *reforma universitária consentida e conduzida pelo capital*, nos marcos da expansão operacionalizada pelo projeto neoliberal de educação superior” (LIMA, 2012, p. 11).

Em 2003, quando assumiu o governo Luis Inácio Lula de Silva (2003-2011), havia expectativas de alterações no quadro apresentado. No entanto, em oito anos de mandato, houve um intenso processo de reformulação da educação superior brasileira, conforme demonstrado no quadro 1:

Quadro 1 – Principais Ações na Política de Educação Superior (2003-2010)

Arcabouço jurídico	Conteúdo
GT Interministerial em 20 de outubro de 2003.	Elaboração de documento: Bases para o Enfrentamento da crise Emergencial das Universidades Federais e Roteiro para a Reforma Universitária Brasileira.
Medida Provisória 147/03.	Institui o Sistema Nacional de Avaliação e progresso do Ensino superior – SINAPES.
Grupo Executivo da reforma do ensino Superior em 06 de fevereiro de 2004.	Elaborou o documento Reafirmando princípios e consolidando e reforma da educação superior.
Lei 19.861 de 14 de abril de 2004.	Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.
Decreto Presidencial 5.205 de 14 de setembro de 2004.	Regulamenta as parcerias entre as universidades federais e as fundações de direito privado.
Medida Provisória n. 213 de 10 de setembro de 2004.	Institui o Programa Universidade para Todos – ProUni.
Projeto de Lei 3627/2004.	Trata do sistema especial de reserva de vagas para estudantes egressos de escolas públicas, em especial negros e indígenas nas instituições públicas federais de educação superior.
Lei de Inovação Tecnológica – 10.973/04.	Trata do estabelecimento de parcerias entre universidades públicas e empresas.
Lei de Parceria Público-privada Nº 11.079 de 30 de dezembro de 2004.	Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública.
Lei 11.096/2005.	Institui o Programa Universidade para Todos (ProUni) - que trata de “generosa” ampliação de

	isenção fiscal para as instituições privadas de ensino superior.
Projeto Lei 7.200/06 (apensado ao PL nº 4.212/04 e PL 4.221/2004).	Tratam da Reforma da Educação Superior.
Universidade aberta do Brasil (Decretos 5.800/06 e 5.622/05).	Legislação que trata da regulamentação do EAD e da criação da UAB – consórcio de instituições para oferta de cursos a distância.
Decreto 6095/07.	Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica.
Decreto Presidencial 6069/07 e a divulgação das Portarias Interministeriais 22 e 224/07 (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG e Ministério da Educação/MEC).	Decreto de criação do Programa de Apoio de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e Portarias que tratam da criação de um Banco de Professor-Equivalente, inscritos no Plano de Desenvolvimento da Educação/PDE divulgado em 2007.
“Pacote de autonomia” em 2010 e composto pela Medida Provisória 495/2010 e pelos Decretos 7232, 7233 e 7234/2010.	Esse “pacote” amplia a ação das fundações federais de direito privado nas universidades federais; retira das universidades a definição de projetos acadêmicos a serem financiados, transferindo essa prerrogativa para as fundações de direito privado; legaliza a quebra do regime de trabalho de Dedicação Exclusiva/DE; não resolve a falta de técnico-administrativos, criando somente um mecanismo de relocações de vagas entre as instituições federais de ensino superior/IFES; cria as condições para a diferenciação dos orçamentos das IFES, de acordo com os índices de produtividade, intensificando ainda mais o trabalho docente e, por fim, cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, sem deixar claro de onde sairão os recursos para realização do Programa.
Medida provisória 520 de 31 de dezembro de 2010.	Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Embora Estatal e vinculada ao MEC (Ministério da Educação e Cultura), a nova entidade terá a personalidade Jurídica de direito privado, flexibilizando a contratação de trabalhadores dos hospitais universitários.

Fonte: LIMA, 2012, p. 11-12-13-14.

Várias ações apresentadas de fato contribuíram para o acesso à educação superior. Mas a que preço? Na essência, a reformulação da educação realizada no período mencionado pode ser considerada uma parte da contrarreforma do Estado Brasileiro e da expansão do neoliberalismo reformado, pois houve um incremento efetivo do ensino superior voltado para interesses do capital privado.

Na apresentação do Livro de Meszáros (2008), “A educação para além do capital”, Ivana Jinkings alerta que, para o autor, a questão do acesso à escola não elimina o processo de exclusão, mas sim o estar dentro dela, por meio das instituições da educação formal. O que está em jogo, nesse caso, não são apenas as mudanças na política dos processos educacionais, mas sim a reprodução de valores que contribui para a perpetuação de uma concepção de mundo baseada na sociedade mercantil.

Na verdade, o processo instaurado no governo Luis Inácio Lula da Silva foi implementado por um vasto conjunto de ações que podem ser identificadas através de dois grandes eixos temáticos: “O empresariamento da educação e a certificação em larga escala” (LIMA, 2012, p. 14).

O primeiro eixo expressa a privatização e mercantilização da educação superior através (i) do aumento do número de IES privadas e do financiamento público indireto para o setor privado via FIES e PROUNI, (ii) da privatização interna das IES públicas via cursos pagos, parcerias universidades-empresas e fundações de direito privado e (iii) do produtivismo que atravessa e condiciona a política de pesquisa e de pós-graduação conduzida pela CAPES e pelo CNPQ (LIMA, 2012, p. 15).

A Universidade Pública brasileira, assentada sob as premissas neoliberais, passa por um profundo repensar. Assim como Chauí (2001), Iamamoto (2007) pondera que, nos últimos governos, tem-se privilegiado uma política que imprime uma lógica mercantil e empresarial à universidade brasileira.

Na trajetória de se pensar a universidade pública concretamente, convém salientar e defender seu caráter público, universal, laico e autônomo e a noção de educação superior enquanto um direito do (a) cidadão (ã):

[...] tomar a educação superior como um direito do cidadão (na qualidade de direito, ela deve ser universal); defesa da universidade pública tanto pela ampliação de sua capacidade de absorver sobretudo os membros das classes populares, quanto pela firme recusa da privatização dos conhecimentos, isto é, impedir que um bem público tenha apropriação privada (CHAUÍ, 2003, p. 10).

Para tanto, cumpre frisar a defesa da autonomia dessa instituição social. Iamamoto (2007) esclarece que a autonomia universitária envolve a indissociável integração entre ensino, pesquisa e extensão. No entanto, para a autora, no contexto neoliberal, há a substituição da autonomia universitária, em sua essência, por uma mistificada autonomia gerencial e orçamentária, sustentada pela lógica contábil do custo/benefício. É preciso reforçar o entendimento de autonomia universitária como forma de resistência perante o poder do Estado, inserida, portanto, em uma relação política:

[...] a capacidade de se autogovernar, se opõe necessariamente aos poderes que a submetem e tentam impedir seu autogoverno. A autonomia universitária só pode significar autonomia perante o poder do Estado e principalmente do executivo, por isso, deve ser entendida como uma relação política e nunca como algo pronto e acabado. Foi assim desde a fundação das universidades no século XI e continua sendo assim até hoje (VERGARA *et all.*, 2013, p. 54).

É importante frisar também que a autonomia “[...] deve ser pensada, como autodeterminação das políticas acadêmicas, dos projetos e metas das instituições universitárias e da autônoma condução administrativa, financeira e patrimonial” (CHAUÍ, 2003, p. 10). Assim, ela se manifesta em relação a diversas esferas, como defende Chauí (2003):

[...] autonomia institucional ou de políticas acadêmicas (autonomia em relação aos governos); b) como autonomia intelectual (autonomia em relação a credos religiosos, partidos políticos, ideologia estatal, imposições empresariais e financeiras); c) como autonomia da gestão financeira que lhe permita destinar os recursos segundo as necessidades regionais e locais da docência e da pesquisa. (CHAUÍ, 2003, p. 10).

Tendo em vista que a autonomia universitária se expressa nos âmbitos institucional, intelectual e financeiro, torna-se imprescindível que haja transparência nos processos decisórios, com ampla participação da comunidade acadêmica, além de permanente diálogo com a sociedade civil e com o poder público, com o intuito de “[...] oferecer a todos as informações sobre a vida universitária, como para receber críticas, sugestões e demandas vindas da sociedade e do Estado” (CHAUÍ, 2003, p. 10).

Outro ponto a se ressaltar, é a noção de democratização do ensino, que deve ser afastada de qualquer possibilidade de restringir tal conceito do ponto de vista da massificação. Portanto, tal democratização deve vir acompanhada de investimentos públicos que garantam o amplo funcionamento da universidade pública, tal como sugere Chauí, (2003, p. 12), elenca algumas sugestões para o debate:

- Bibliotecas com amplo acervo atualizado;
- Laboratórios equipados;
- Bolsas de estudos para estudantes (pesquisa, extensão e permanência);
- Assistência estudantil (alimentação, moradia e saúde);
- Convênios de intercâmbio entre universidades do país e estrangeiras.

Além disso, é necessário ainda, problematizar as formas de avaliação docente vigentes que se baseiam em índices quantitativos de produtividade, e as condições do trabalho docente. A constituição de uma universidade pública, gratuita, autônoma e de qualidade exige a realização de concurso público para professores e funcionários; o fomento à pesquisa, ensino e extensão,

garantindo condições dignas de infraestrutura e salários compatíveis ao regime de dedicação exclusiva; incentivar a qualificação de docentes e funcionários, através de uma política institucional que viabilize o processo de formação e capacitação.

No âmbito da produção de conhecimentos por meio da pesquisa, cabe à instituição cumprir seu papel social em relação à sociedade, buscando:

Revalorizar a pesquisa, estabelecendo não só as condições de sua autonomia e as condições materiais de sua realização, mas também recusando a diminuição do tempo para a realização dos mestrados e doutorados. Quanto aos pesquisadores com carreira universitária, é preciso criar novos procedimentos de avaliação que não sejam regidos pelas noções de produtividade e de eficácia e sim pelas de qualidade e de relevância social e cultural. Quanto à relevância social das pesquisas, cabe às universidades públicas e ao Estado fazer um levantamento das necessidades do seu país no plano do conhecimento e das técnicas e estimular trabalhos universitários nessa direção, assegurando, por meio de consulta às comunidades acadêmicas regionais, que haja diversificação dos campos de pesquisa segundo as capacidades e as necessidades regionais. As parcerias com os movimentos sociais nacionais e regionais podem ser de grande valia para que a sociedade oriente os caminhos da instituição universitária, ao mesmo tempo que esta, por meio de cursos de extensão e por meio de serviços especializados, poderá oferecer elementos reflexivos e críticos para a ação e o desenvolvimento desses movimentos. Ou seja, a orientação de rumos das pesquisas pode ser feita segundo a ideia de cidadania (CHAUÍ, 2003, p. 12).

Por fim, para se garantir esse imperativo, compete destacar o necessário investimento do Estado,

[...] A valorização da pesquisa nas universidades públicas exige políticas públicas de financiamento por meio de fundos públicos destinados a esse fim por intermédio de agências nacionais de incentivo à pesquisa, também, a universidade deve publicamente prestar contas de suas atividades de investigação à sociedade e ao Estado (CHAUÍ, 2003, p. 13).

Nessa direção, é preciso pensar a universidade pública, enquanto direito do cidadão, isso requer, o respeito a sua autonomia institucional, bem como “adotar uma perspectiva crítica muito clara tanto sobre a ideia de *sociedade do conhecimento* quanto sobre a de *educação permanente*, tidas como ideias novas e diretrizes para a mudança da universidade pela perspectiva da modernização” (CHAUÍ, 2003, p. 13).

Esse esforço requer uma universidade desatrelada da lógica mercantil, que se efetive enquanto instituição social capaz de responder aos anseios da sociedade em que se insere, rompendo como destaca Chauí (2003), com novas roupagens e modismos que visam descaracterizar sua função social. É imperioso, portanto, destacar que ou essa universidade “[...] será forjada aqui e agora, sob a previsão das exigências educacionais e culturais do futuro, ou nunca teremos uma

universidade brasileira capaz de responder, *por si mesma*, aos requisitos da ‘civilização industrial’ e de atuar, *por si mesma*, como um fator de desenvolvimento acelerado, mas independente” (FERNANDES, 2008, p. 182).

PRESSUPOSTOS PARA A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NO SERVIÇO SOCIAL

Ao discutirmos a formação profissional em Serviço Social, é preciso inicialmente compreendê-la como um processo contínuo que expressa a direção social, teórico-metodológica e ética que deve orientar não somente o âmbito acadêmico, mas a qualificação para o exercício profissional. Tal entendimento encontra respaldo nas abordagens de Silva e Silva (1984) que desde as décadas de 1980 e 1990, já apresentava uma concepção crítica sobre a formação, devendo esta acompanhar a dinâmica da sociedade e a trajetória histórica do Serviço Social, no sentido de entender os condicionantes que a realidade social impõe sobre a prática profissional. Segundo a autora, a formação profissional deve ser entendida “[...] como um processo dialético, portanto, aberto, dinâmico e permanente, incorporando as contradições decorrentes da inserção da profissão e dos profissionais na própria sociedade” (1984, p. 73).

Partindo dessas considerações, a formação profissional deve ser concebida como um elemento histórico, que sofre interferências do contexto social, político e econômico em sua configuração. Fazendo um recorte na trajetória histórica do Serviço Social no Brasil, verifica-se que a formação profissional recebeu interferências nos anos de 1965 a 1975 com o Movimento de Reconceituação e a construção de uma nova proposta para se pensar a profissão, alinhada à matriz marxiana. Tal movimento impulsionou a formulação do novo Currículo Mínimo em 1982, com a definição de novos objetivos e conteúdo para a formação profissional, os quais valorizavam, sobretudo, os interesses das classes subalternas, bem como apontava a necessidade de tratar o exercício profissional vinculado à dinâmica da sociedade brasileira.

Na década de 1990 houve a revisão da proposta de formação profissional, fruto do amadurecimento teórico construído pelo debate profissional. Tal movimento possibilitou identificar alguns equívocos e lacunas existentes no projeto anterior, bem como definir temas considerados centrais na definição de um novo projeto de formação quais sejam: “[...] a direção social, os eixos fundamentais, a perspectiva teórico-metodológica, a formação do mercado de trabalho e o tratamento dispensado à análise da realidade social brasileira” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 145). As abordagens desses temas foram explicitadas nos debates promovidos pela ABESS e deram formato à Proposta de Currículo Mínimo expressa nas Diretrizes Curriculares de 1996.

Esse movimento de reformulação do currículo buscou construir uma proposta que, segundo Ortiz (2010) foi organizada a partir de uma lógica que primasse pela perspectiva de

totalidade, rompendo com a organização formalista do currículo reduzida a um conjunto de matérias e disciplinas. Com esse propósito, buscou-se a formação de profissionais aptos a responder às demandas contemporâneas que decorrem da reprodução das relações sociais capitalistas e, conseqüentemente, do agravamento das manifestações da questão social. Sendo assim, a formação profissional em Serviço Social proposta pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social - ABEPSS

[...] aponta para o perfil profissional no qual está presente uma formação intelectual e cultural, generalista-crítica, que alimenta a competência na sua área de desempenho e a inserção crítica e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (MENDES, 2004, p. 12).

Encaminhar a formação profissional nesta direção requer, segundo Mendes (2004), um conjunto de conhecimentos articulados que propicie a apreensão crítica da realidade social e histórica, bem como análise das particularidades que conformam a sociedade e o Estado, de modo a compreender as configurações assumidas pela expansão capitalista no Brasil.

Embora seja inegável o avanço e amadurecimento na direção social expressa no redesenho curricular, considera-se que esse processo não pode ser suficientemente compreendido por ele mesmo, ou seja, no âmbito formal de sua constituição, pois, “[...] a formação é, pois, parte de um projeto profissional que se define e redefine no movimento contraditório da sociedade a partir de uma direção social estratégica” (ABREU; LOPES, 2007, p. 11).

A redefinição e a readequação do Projeto Político de Curso deve ser uma constante, na medida em que, a formação profissional exige que se busque refletir criticamente a complexidade e as constantes mudanças que a realidade social está submetida. Nessa perspectiva, “a preocupação que move tais reflexões é de construir, no âmbito do Serviço Social, uma proposta de formação profissional conciliada com os novos tempos [...]” (IAMAMOTO, 1999, p. 168). Sendo assim, a formação profissional exige a articulação entre ensino, pesquisa e extensão, consoante às demandas locais e ao movimento da realidade social, em sua totalidade. Isso implica:

[...] ao mesmo tempo, fazer um balanço do debate recente do Serviço Social, indicando temas a serem desenvolvidos, pesquisas a serem estimuladas para decifrar as novas demandas que se apresentam ao Serviço Social. E, sobretudo, para que a categoria profissional se arme de elementos teóricos e de informações da realidade capazes de subsidiá-la na formulação de propostas profissionais, isto é, na construção de programáticas de trabalho, tanto no campo da formulação de políticas sociais como de sua implementação (IAMAMOTO, 1999, 169).

Dentre as condições objetivas necessárias para adequar a formação profissional aos tempos presentes, Iamamoto (1999) destaca a necessidade de superação da visão endógena do

Serviço Social, assim como permitir que a vida universitária vá além dos seus muros internos. Nesse sentido, ampliar a compreensão acerca da história da sociedade brasileira no contexto de mudanças de ordem mundial possibilita uma melhor apreensão das “[...] particularidades profissionais em suas múltiplas relações e determinações, densas de conteúdo histórico” (IAMAMOTO, 1999, p. 170). Outro aspecto importante no que se refere à formação profissional diz respeito ao processo de reestruturação pela qual vem passando o ensino superior no Brasil. A mercantilização da educação em todos os níveis e, em particular, no ensino superior, tem colocado em xeque a formação profissional das mais diversas profissões, entre elas o Serviço Social. Há um processo de reorganização das universidades no contexto do capitalismo monopolista, de maneira que o ensino superior também passa ser alvo dos setores capitalistas ávidos pelo lucro a qualquer custo. Nesse sentido, é imprescindível a compreensão de que,

[...] os processos de reestruturação do ensino superior no Brasil, e os desdobramentos sobre a formação em Serviço Social, articulam-se à complexa dinâmica dos monopólios que submete a reprodução das relações sociais inexoravelmente ao seu princípio de maximizar os lucros (SILVA, 2010, p. 407).

Silva (2010) chama atenção para a importância de se contextualizar histórica e socialmente tal situação, a fim de que se tenha clareza da vinculação do desenvolvimento do capitalismo monopolista com os processos econômicos e políticos que ocorrem nas relações sociais. Nesse sentido, o autor destaca que neste contexto se dão profundas alterações na dinâmica social, o que inclui a organização e o significado da universidade brasileira. Essa, cada vez mais é utilizada como instrumento ideológico a serviço do pensamento dominante e orientada para uma formação técnica. Sendo assim, no contexto atual, a universidade brasileira está “[...] voltada para os interesses de mercado e processos de formação profissional cada vez mais empobrecidos de uma dimensão humanística e criticidade” (SILVA, 2010, p. 407). É no âmbito desse contexto que a universidade no Brasil,

[...] vem sofrendo, desde a década de 1990, um sistemático processo de ataques à sua dimensão pública que trata a educação como uma mercadoria, privilegiando as instituições privadas, além de investir contra o modelo universitário pautado na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. Por isso, o desafio posto aos movimentos sociais é construir uma unidade em torno da defesa radical do ensino público (SILVA, 2010, p. 419).

Tendo por base essa premissa, verifica-se que no bojo das estratégias de institucionalização das políticas públicas neoliberais implementadas pelo Estado, a educação superior no Brasil a partir dos anos de 1990, pautou-se em um processo de reconfiguração que

acabou intensificando a adequação do ensino a lógica do mercado, evidenciando a face privatizante no campo educacional.

Nesse contexto, autores como Boschetti (2004); Yamamoto (2014); Abreu e Lopes (2007) chamam atenção ao fato de que às tendências observadas no ensino superior, com a investida do capital na mercantilização, aliado às estratégias de manutenção das relações de dominação, vem impactando na flexibilização e na precarização da formação profissional.

Yamamoto (2014) apresenta dados mais recentes que comprovam o aumento do contingente de profissionais que vai se formando, ou “sendo lançados” no mercado de trabalho, contribuindo decisivamente para a precarização dos espaços sócio-ocupacionais, atingindo, a nosso ver, inclusive os docentes da área, que sentem diretamente as pressões desse contexto de precarização do ensino, da profissão e do trabalho docente:

No nível da formação acadêmico-profissional existem, em agosto de 2011, 358 cursos de graduação autorizados pelo MEC, dos quais dezoito de Ensino a Distância (EAD) que ofertam, no ano, 68.742 vagas. Na modalidade presencial os 340 cursos ofertam, em 2011, 39.290 vagas, segundo as Sinopses Estatísticas do MEC, totalizadas por Larissa Dahmer, em 2013. As matrículas em cursos de Serviço Social assim se distribuem, em 2011: na modalidade EAD 80.650 matrículas e na modalidade presencial 72.019 matrículas (IAMAMOTO, 2014, p. 612).

Considerando esse crescimento acentuado do contingente de profissionais do Serviço Social, a autora ressalta que haverá implicações para o exercício profissional, nas relações de trabalho e condições salariais, pelas quais se realiza a profissão. Assim, indica que, em curto prazo, observaremos um crescimento acelerado de desemprego no país, tendo em vista que os postos de trabalho não acompanham o mesmo ritmo de crescimento do contingente profissional. Conseqüentemente, haverá uma pressão com relação ao piso salarial e uma tendência cada vez mais acentuada também da precarização do trabalho e da insegurança profissional:

O contingente de assistentes sociais brasileiros é o segundo no cenário mundial, com 135 mil profissionais ativos, conforme dados do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), apenas superado pelos EUA, num total de 750 mil assistentes sociais no mundo, conforme a International Federation of Social Workers (IFSW) (IAMAMOTO, 2014, p. 612).

Levando em conta os anos de 2015/2016, o aumento de estudantes e profissionais previstos pela autora, conseqüentemente se tornou ainda maior.

As conseqüências advindas do cenário apresentado são visíveis na formação e na profissão do Serviço Social. Tais conseqüências permitem reflexões a respeito do movimento que se instaura no país em decorrência da política neoliberal, da reestruturação produtiva, da “globalização” e da

mundialização e financeirização do capital, já discutidos anteriormente. De acordo com Yamamoto (2014),

O desmesurado crescimento do quadro profissional nas últimas décadas, decorrente da expansão acelerada do ensino superior privado – em particular no ensino a distância – tem implicado na qualidade acadêmica da formação, no aligeiramento no trato da teoria, na ênfase no treinamento e menos na descoberta científica. A massificação e a perda de qualidade da formação universitária *facilitam a submissão dos profissionais às demandas e “normas do mercado”*, tendentes a um processo de politização à direita da categoria. O aumento do contingente profissional vem acompanhado de crescimento do desemprego em uma conjuntura recessiva, pressionando o piso salarial e a precarização das condições de trabalho, aumentando a insegurança no emprego e a concorrência no mercado profissional de trabalho (IAMAMOTO, 2014, p. 630 – itálicos originais).

Além disso, no que se refere especificamente à formação para o Serviço Social, cabe esclarecer que Koike (2009) e Yamamoto (2007) concordam que a proposta de Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social, de 1996, que foi elaborada coletivamente em um processo conjunto pelas unidades de ensino e apresentado ao Conselho Nacional de Educação (CNE), foi descaracterizada durante a sua tramitação e ao ser homologada pelo Ministério Educação e Cultura (MEC) em 2001. Boschetti (2004) explica que no momento da sua aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), em 2001, houve uma redução da concepção de formação crítica, presente no texto original:

Os pareceres e a resolução do CNE aprovando o currículo pleno do Serviço Social, emitidos em 2001 e 2002, após anos de análise (a ABEPSS encaminhou as diretrizes curriculares ao MEC no início de 1997), reduziram drasticamente o projeto pedagógico que constava nas diretrizes curriculares da própria ABEPSS (BOSCHETTI, 2004, p. 22).

Compreende-se que as alterações processadas pelo CNE, em relação à proposta do texto original, traduzem muito bem as orientações políticas e econômicas que o MEC vem seguindo no campo da educação, isso em todos os níveis de ensino.

Ao analisar as atuais tendências da formação acadêmico-profissional destaca-se que em relação à proposta original houve “[...] uma forte descaracterização no que se refere à direção social da formação profissional, aos conhecimentos e habilidades preconizados e considerados essenciais ao desempenho do assistente social” (IAMAMOTO, 2008, p. 445).

Fatos dessa natureza corroboram para que muitas unidades de ensino assumam um modelo mais compacto, com indicação mais geral dos conteúdos que estruturam os núcleos de formação, não incorporando em seus projetos pedagógicos muitos dos princípios e orientações contidas na proposta original. Nesse sentido, Yamamoto (2014) ressalta que essa flexibilização na

formação acadêmico-profissional é condizente com os princípios liberais (e neoliberais) que vem norteando o Ensino Superior e estimulando a sua privatização, tomando como base as lógicas do mercado. O contexto atual expressa contradições que se mostram latentes na formação profissional. A complexidade das mudanças que se impõe e interpõe no processo formativo dos assistentes sociais, não pode ser interpretada a partir de uma relação de causa e efeito, como se fosse possível neutralizar o projeto de formação do campo de tensionamentos, constituído por diferentes projetos societários.

Nesse movimento dialético, coloca-se a importância de se fortalecer os fundamentos necessários para compreender que o trabalho do assistente social insere-se em uma práxis social mais complexa, a qual envolve ações de resistência e luta de classes como campo de possibilidades para transcender da prática alienante e reificada, para uma consciência profissional que se coloca no horizonte da sociabilidade humana.

Nessa perspectiva, no que se refere especificamente à formação profissional no âmbito do Serviço Social, tal processo é orientado pelas “Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social” aprovadas no ano de 1996 pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS. Tal documento aponta para a necessidade de se atentar às mudanças de ordem mundial que afetam diretamente a divisão sociotécnica do trabalho. Dentre os pressupostos norteadores da concepção de formação social que indicam essas diretrizes, destaca-se a preocupação com o caráter analítico e interventivo do Serviço Social no âmbito das relações sociais que produzem e reproduzem a vida social. Nesse sentido, a formação profissional do curso de Serviço Social da UNESPAR se fundamenta nos pressupostos norteadores da concepção de formação profissional presentes nas Diretrizes Curriculares de 1996, quais sejam:

- 1- O Serviço Social se particulariza nas relações sociais de produção e reprodução da vida social como uma profissão interventiva no âmbito da questão social, expressa pelas contradições do desenvolvimento do capitalismo monopolista.
- 2- A relação do Serviço Social com a questão social - fundamento básico de sua existência - é mediatizada por um conjunto de processos sócio-históricos e teórico-metodológicos constitutivos de seu processo de trabalho.
- 3- O agravamento da questão social em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, nos marcos da ideologia neoliberal, determina uma inflexão no campo profissional do Serviço Social. Esta inflexão é resultante de novas requisições postas pelo reordenamento do capital e do trabalho, pela reforma do Estado e pelo movimento de organização das classes trabalhadoras, com amplas repercussões no mercado profissional de trabalho.
- 4- O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais (ABEPSS, 1996, p.05-06).

Além desses pressupostos, a formação profissional do Curso de Serviço Social da UNESPAR se pauta em princípios que fundamentam essa formação profissional. Nesse sentido, a ABEPSS aponta para a preocupação em compreender os problemas e desafios a serem enfrentados pelo profissional no processo de produção e reprodução da vida social. O enfrentamento de tais desafios exige que a realidade social seja submetida ao rigoroso trato teórico, histórico e metodológico. Nesse sentido, torna-se imprescindível a adoção de uma teoria social crítica que possibilite “[...] a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade” (ABEPSS, 1996, p.6).

Ao considerar a atividade interventiva do profissional do Serviço Social, destaca-se a importância de se conhecer criticamente a realidade social. Nessa perspectiva, as dimensões interventiva e investigativa se apresentam como “[...] princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade” (ABEPSS, 1996, p. 6). Outros princípios que constam nas Diretrizes Curriculares que orientam o processo de formação profissional do Serviço Social são os seguintes:

Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida econômica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas; em luta pela direção da formação social, que compõem a produção das ciências sociais e humanas; ética como princípio formativo perpassando a formação curricular; indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional (ABEPSS, 1996, p. 6-7).

A formação profissional deve expressar uma concepção de ensino e aprendizagem que estão vinculadas à dinâmica da vida social, exigindo assim, “[...] parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional” (ABEPSS, 1996, p. 7). Nessa perspectiva, o redimensionamento do pensar e do agir dos profissionais diante das novas demandas é determinado pelas mudanças nos padrões de acumulação e regulação social (ABEPSS, 1996).

Além disso, cumpre destacar outros princípios que devem influenciar a formação profissional no âmbito do Serviço Social. Trata-se de princípios que definem as diretrizes curriculares da formação profissional. Tais princípios se encontram nas Diretrizes Curriculares de 1996 e dão sustentação à formação profissional, tendo como objetivo possibilitar:

I - apreensão crítica do processo histórico; II - investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender a constituição e o desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país; III - apreensão do significado social da profissão, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; IV - a apreensão das demandas consolidadas e das emergentes que são apresentadas ao

Serviço Social pela dinâmica social, visando formular respostas profissionais eficazes, eficientes e efetivas e; V - exercício profissional cumprindo as competências, atribuições e exigências previstas na legislação que regulamenta a profissão e, no Código de Ética Profissional (ABEPSS, 1996, p.7).

O Curso de Serviço Social da UNESPAR tem como norte orientador para a formação profissional um projeto profissional inovador e crítico, fundamentado teórico e metodologicamente no materialismo histórico dialético. Ao adotarmos o materialismo histórico dialético como sustentação da formação profissional, partimos do pressuposto que os profissionais são sujeitos sociais, ou seja, sujeitos com capacidade teleológica, pautando-se em ações humanas sempre orientadas para objetivos, metas e fins:

A ação humana, seja individual, seja coletiva, tendo em sua base necessidades e interesses, implica sempre em um projeto que, em poucas palavras, é uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, com a invocação dos valores que legitimam e a escolha dos meios para lográ-la (NETTO, 2007, p. 2).

Contudo, esse projeto se constitui em múltiplas determinações sócio-históricas, que vão além de escolhas individuais ou coletivas, e que só adquire materialidade quando associada a uma direção política. Isto significa, na perspectiva de Netto (2007), que a categoria profissional afirma o compromisso com determinados princípios e valores que vão ao encontro de projetos societários que respondem as necessidades e interesses das classes trabalhadoras, portanto, projetos macroscópicos que são simultaneamente projetos de classe. Trata-se de um campo de tensão e de lutas, construído a partir de um universo heterogêneo, plural e contraditório, permeado de relações de poder.

Ressalta-se que estes valores adotados pela categoria profissional são de natureza explicitamente ética, mas os elementos éticos que nos referimos, “[...] não se limitam a normativas morais e/ou prescrições de direitos e deveres: eles envolvem, ademais, as opções teóricas, ideológicas e políticas dos profissionais” (NETTO, 2007, p. 8). Nessa perspectiva, entendemos que o Projeto Ético-Político do Serviço Social contempla três dimensões – ética, política e profissional – que estão imbricadas e são complementares entre si.

Para a formação e o exercício profissional, destaca-se o compromisso ético assumido pela profissão segundo princípios e valores humanistas contidos no Código de Ética do Assistente Social de 1993, tendo em vista que:

[...] este projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, este projeto

profissional se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero. A partir destas opções que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (NETTO, 2007, p. 15-16).

A partir da concepção do autor, compreende-se a razão de ser do projeto profissional em questão: uma indicação ética só adquire efetividade histórico-concreta quando combinado com uma direção política-profissional.

Esta direção política deve ser entendida no seu sentido mais amplo, em contrapartida as investidas neoliberais, conversadoras e reacionárias presentes na contemporaneidade:

A dimensão política do projeto é claramente enunciada: ele se posiciona a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Correspondentemente, o projeto se declara radicalmente democrático – considerada a democratização como socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida (NETTO, 2007, p. 16).

Neste contexto, a profissão é construída a partir do terreno sócio histórico e as respostas profissionais assumem particularidades resultantes do próprio desenvolvimento da sociedade brasileira. Sendo assim, do ponto de vista estritamente profissional:

[...] o projeto implica o compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social. Daí a ênfase numa formação acadêmica qualificada, fundada em concepções teórico-metodológicas críticas e sólidas, capazes de viabilizar uma análise concreta da realidade social – formação que deve abrir a via à preocupação com a (auto) formação permanente e estimular uma constante preocupação investigativa. [...] Em especial, o projeto prioriza uma nova relação com os usuários dos serviços oferecidos pelos assistentes sociais: é seu componente elementar o compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população, aí incluída a publicidade dos recursos institucionais, instrumento indispensável para a sua democratização e universalização e, sobretudo, para abrir as decisões institucionais à participação dos usuários. [...] Enfim, o projeto assinala claramente que o desempenho ético-político dos assistentes sociais só se potencializará se o corpo profissional articular-se com os segmentos de outras categoriais profissionais que compartilham de propostas similares e, notadamente, com os movimentos que se solidarizam com a luta dos trabalhadores (NETTO, 2007, p. 16).

Essas dimensões atravessam não apenas o Código de Ética Profissional do Assistente Social (1993), mas também a Lei que regulamenta a profissão (1993) e as Diretrizes Curriculares (1996), dentre outras regulamentações do Serviço Social, consubstanciando a formação e o exercício

profissional a partir de investimentos acadêmico-profissionais que foram realizados no sentido de se construir uma nova forma de pensar e fazer o Serviço Social, orientadas por uma perspectiva teórico-metodológica crítica e em princípios éticos de um humanismo radicalmente histórico, norteadores do projeto de profissão no Brasil (IAMAMOTO, 2007).

O Curso de Serviço Social deve contribuir para a formação de um perfil profissional capacitado nas dimensões teórico-metodológica, ético-política, técnico-operativa nas diversas ações interventivas dos espaços profissionais. Nessa perspectiva, Sousa (2008), ao fazer referência a Iamamoto, reforça que essas três dimensões devem ser de domínio do Assistente Social:

- Competência ético-política – [...] é fundamental que o profissional tenha um posicionamento político frente às questões que aparecem na realidade social, para que possa ter clareza de qual é a direção social da sua prática. Isso implica em assumir valores ético-morais que sustentam a sua prática – valores esses que estão expressos no Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais (Resolução CFAS nº 273/93)⁵, e que assumem claramente uma postura profissional de articular sua intervenção aos interesses dos setores majoritários da sociedade;
- Competência teórico-metodológica [...], faz-se necessário um intenso rigor teórico e metodológico, que lhe permita enxergar a dinâmica da sociedade para além dos fenômenos aparentes, buscando apreender sua essência, seu movimento e as possibilidades de construção de novas possibilidades profissionais;
- Competência técnico-operativa – o profissional deve conhecer, se apropriar, e, sobretudo, criar um conjunto de habilidades técnicas que permitam ao mesmo desenvolver as ações profissionais junto à população usuária e às instituições contratantes (Estado, empresas, Organizações Não-governamentais, fundações, autarquias etc.), garantindo assim uma inserção qualificada no mercado de trabalho, que responda às demandas colocadas tanto pelos empregadores, quanto pelos objetivos estabelecidos pelos profissionais e pela dinâmica da realidade social (IAMAMOTO *apud* SOUSA, 2008, p. 121-122).

Ao fazer referência às essas competências, Iamamoto (1999) afirma que elas precisam caminhar conjuntamente, na media em que são fundamentais e se complementam entre si. No entanto,

[...] aprisionados em si mesmos, transformam-se em limites que vêm tecendo o cenário de algumas dificuldades, identificadas pela categoria profissional, que precisam ser ultrapassadas: o teorismo, o militanteismo e o tecnicismo (IAMAMOTO, 1999, p. 53).

Partindo desse pressuposto, Iamamoto (2004) afirma que a atualidade exige um profissional com competência crítica, o que requer: um diálogo crítico com a herança intelectual; um redimensionamento dos critérios da objetividade do conhecimento, ou seja, necessita de um profissional atento para decifrar o não-dito, e, competência técnica e política no exercício da profissão.

Assim, no âmbito do Serviço Social, a formação profissional deve propiciar o aprimoramento intelectual para decifrar a realidade; competência para desvendar as tramas das relações sócio-históricas e, diálogo crítico e rigoroso com o movimento teórico, capaz de elucidar as tendências particulares dos sujeitos sociais (IAMAMOTO, 1999).

Ao discutirmos a formação profissional em Serviço Social, é preciso inicialmente compreendê-la como um processo contínuo que expressa a direção social, teórico-metodológica e ética que deve orientar não somente o âmbito acadêmico, mas a qualificação para o exercício profissional. Tal entendimento encontra respaldo nas abordagens de Silva e Silva (1984) que desde as décadas de 1980 e 1990, já apresentava uma concepção crítica em torno da formação, devendo esta acompanhar a dinâmica da sociedade e a trajetória histórica do serviço social, no sentido de entender os condicionantes que a realidade social impõe sobre a prática profissional. Segundo a autora, a formação profissional deve ser entendida “[...] como um processo dialético, portanto, aberto, dinâmico e permanente, incorporando as contradições decorrentes da inserção da profissão e dos profissionais na própria sociedade” (1984, p. 73).

CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO EM QUE O CURSO SE INSERE E O PERFIL DO ESTUDANTE

O curso de Serviço Social da UNESPAR, *campus* de Apucarana, oferta anualmente 50 (cinquenta) vagas, no período noturno. Situado na região norte do estado do Paraná, o curso abrange diretamente a microrregião de Apucarana, composta por 09 (nove) municípios, conforme a divisão geográfica do IBGE: Apucarana, Arapongas, Califórnia, Cambira, Jandaia do Sul, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Novo Itacolomi e Sabáudia.

Atualmente, a microrregião de Apucarana possui, aproximadamente, 321.255 habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de 0,720, conforme se observa na Tabela 1.

Tabela 1. População e IDHM - Microrregião de Apucarana (2018)

Município	População estimada em 2018	Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM)
Apucarana	133.726	0,748
Arapongas	121.198	0,748
Califórnia	8.533	0,722
Cambira	7.813	0,725
Jandaia do Sul	21.122	0,747
Marilândia do Sul	8.858	0,691
Mauá da Serra	10.397	0,652

Novo Itacolomi	2.848	0,710
Sabáudia	6.760	0,740
Microrregião	321.255	0,720

Fonte: IPARDES, 2018. Elaboração própria.

Apesar de possuir um IDHM classificado como alto, a microrregião é composta por dois municípios com índice de desenvolvimento humano médio: Marilândia do Sul e Mauá da Serra. Tal fato exige maior investimento público em educação e saúde, além de desenvolvimento econômico que possibilite aumento do PIB, com geração de empregos.

Com base econômica voltada predominantemente para a agropecuária, a microrregião de Apucarana possui PIB *per capita* no valor de R\$28.160,00 (IPARDES, 2019), 21,2% menor que o valor médio do estado do Paraná (R\$35.726). Em relação ao coeficiente que mede o grau de desigualdade, a microrregião apresentou, no relatório do Censo de 2010, Índice de Gini no valor de 0,4483, conforme exposto na Tabela 2.

Tabela 2. Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* - Microrregião de Apucarana (2010)

Município	Índice de Gini
Apucarana	0,4505
Arapongas	0,4658
Califórnia	0,5055
Cambira	0,4275
Jandaia do Sul	0,4574
Marilândia do Sul	0,4443
Mauá da Serra	0,4854
Novo Itacolomi	0,3819
Sabáudia	0,4166
Microrregião	0,4483

Fonte: IPARDES, 2018. Elaboração própria.

O maior coeficiente de desigualdade é evidenciado no município de Califórnia. Todavia, estima-se um aumento significativo do índice de Gini nos demais municípios, uma vez que o coeficiente atingiu, no Brasil, o valor de 0,6259 ao final de 2018 (IBRE/FGV, 2019). O agravamento da desigualdade na microrregião de Apucarana é um fator que deve ser problematizado a partir da conjuntura econômica mundial, sendo uma das expressões do conflito entre capital e trabalho que se apresenta ao curso de Serviço Social da UNESPAR, *campus* Apucarana, e que, por sua vez, incide diretamente no âmbito acadêmico.

As demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental

podem ser observadas através do perfil dos estudantes matriculados no curso de Serviço Social da UNESPAR, *campus* Apucarana, em 2017, constante na Tabela 3.

Tabela 3 – Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes do Curso de Serviço Social

Indicadores	Nº	%
Estado civil- solteiro	91	73,4
Cor/etnia - branca	73	58,9
Sexo biológico - feminino	98	79
Idade de 18-24 anos	65	52,4
Cidade em que reside atualmente- Apucarana	100	80,6
Cursou todo o ensino médio em escola pública	100	80,6
Motivo da escolha do curso de serviço social –identificação profissional	61	49,2
Exerce atividade remunerada	65	52,4
Renda bruta familiar de 1 a 3 Salários mínimos	83	66,9
Renda bruta familiar de 3 a 6 Salários mínimos	25	20,2
Instrução do pai do estudante –Fundamental incompleto	42	33,9
Instrução do pai do estudante–Médio completo	35	28,2
Instrução da mãe do estudante– Fundamental incompleto	38	30,6
Instrução da mãe do estudante–Médio completo	23	18,5
Durante a semana não permanece na universidade além do período de aula	103	83,1
Não participam de nenhuma atividade extraclasse ou fora da universidade	64	51,6
Principal meio utilizado para se manter informado – <i>Internet</i>	109	87,9
Forma de ingresso - SISU	61	49,2

Fonte: SERVIÇO SOCIAL/ UNERSPAR, Apucarana. 2017. Elaboração própria.

Os dados representativos do perfil dos estudantes aqui expostos foram coletados através de levantamento realizado no curso de Serviço Social, em 2017. Para fins de caracterização, a Tabela 3 apresenta os percentuais mais expressivos em relação ao perfil dos estudantes de Serviço Social da UNESPAR *campus* de Apucarana: mulheres, solteiras, residentes em Apucarana e que escolheram o curso por “identificação profissional”. Aproximadamente 80% dos estudantes cursaram o ensino médio em escolas públicas, 52,4% exercem atividade remunerada e 83,1% não frequentam a Universidade além do período de aula.

Na educação superior é recorrente a premissa de que o perfil de estudante trabalhador

levanta questionamentos quanto à qualidade do próprio ensino. Estudantes e professores relacionam no campo desta problemática a interferência da pós-jornada de trabalho para o exercício intelectual; a total ou parcial ausência de disponibilidade para o estudo de textos, consultas à biblioteca, bem como inserção em demais movimentos culturais da Universidade fora do horário obrigatório da sala de aula.

Associado a isso, outros elementos interferem no processo de aprendizado como: fragilidade na comunicação escrita e falada; lacunas na formação educacional desde o ensino básico; empobrecimento cultural com distanciamento da arte, literatura, teatro, cinema, entre outras. Observa-se que entre os estudantes do curso de Serviço Social, o principal recurso utilizado para se manter informado é a internet (87,9%) e 51,6% dos estudantes não participam de atividades extraclases ou fora do ambiente universitário. Além disso, a microrregião de Apucarana disponibiliza poucos espaços públicos e recursos voltados para atividades culturais que fomentem o amadurecimento intelectual.

Cardoso *et al* (1993) esclarecem que, de um lado, a particularidade do curso noturno exige uma compreensão sobre o estudante trabalhador e da formação de intelectuais que dispõe de escasso tempo para a vida acadêmica; por outro, significa não rebaixar os níveis de exigência necessários à qualidade do ensino. Nesse sentido, os autores salientam que pensar socialmente a formação dos estudantes que estão nos cursos noturnos exige “[...] recusa às tentativas de barateamento do ensino, materializadas através de aligeiramento de conteúdo, redução condescendente das exigências e desprezo ao aspecto técnico do processo (CARDOSO *et al*, 1993, p. 31).

Como estratégia aos desafios identificados nos cursos noturnos, caracterizado essencialmente pelas condições do estudante trabalhador, Cardoso *et al* (1993) destacam que as estratégias pedagógicas partem de dois pressupostos básicos:

- 1) A necessidade de assumir a identidade de curso noturno, isso equivale a reconhecer que o curso está voltado prioritariamente para estudantes trabalhadores ou para uma população que tem a expectativa ou exigência de ingresso no mercado de trabalho;
- 2) Necessidade da Unidade de Ensino se especializar nesta modalidade de curso, construindo mecanismos e práticas que garantam a qualificação na comunidade acadêmica, rejeitando saídas que barateiam o ensino ou que possa rebaixar a qualidade da formação.

Essas estratégias devem fomentar a ampliação do universo cultural, com a programação consistente de debates, conferências e oficinas culturais de modo a subsidiar os estudantes na relação com as produções intelectuais; incentivo a uma política interdisciplinar que favoreça a

vivência acadêmica com outras áreas da universidade. Para essas estratégias, é preciso ter claro que universidade não é só sala de aula (CARDOSO, *et al*, 1993).

Para efetivação das proposições aqui levantadas, cabe considerar que a revisão curricular não se faz distante das condições objetivas de seu exercício e, nesse caso, as particularidades que implicam o curso noturno não são algo adicional ao projeto de Universidade, mas deve caminhar *pari passu* com a revisão de sua estrutura educacional, no sentido de que o estudante de curso noturno possa ter acesso a conhecimentos e saberes voltados para a inserção no mundo acadêmico-científico e, conseqüentemente, para o desenvolvimento de habilidades intelectuais.

Ressalta-se que além de condições objetivas que permitam a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na oferta do curso noturno, faz-se necessário, ainda, um investimento contínuo em uma política de permanência dos estudantes na Universidade. De acordo com Maranhão e Veras (2017, p. 578), os estudantes trabalhadores dos cursos de ensino superior noturno “[...] entendem que, embora a universidade ofereça ensino, pesquisa e extensão, essa tripla função não foi pensada para eles, sobrando-lhes apenas o ensino”. As autoras reforçam que os editais de iniciação científica e de extensão, com bolsa de estudos, exigem que o estudante não possua vínculo empregatício, o que contribui ainda mais para a fragmentação do ensino superior, considerando que grande parte dos estudantes do ensino noturno são trabalhadores. Nesse sentido,

Para atender melhor e dar visibilidade aos estudantes que trabalham, é necessário que a universidade prossiga além da democratização de acesso, muito usada nos discursos. Deve também fazer a democratização intramuros: dentro das unidades de ensino, dentro dos cursos, no usufruto dos serviços internos, sejam eles administrativos, de pesquisa ou de extensão, para que, de fato, os estudantes, cujo capital econômico é reduzido, possam permanecer e concluir seus cursos com menos desigualdades (MARANHÃO; VERAS, 2017, p. 579).

Assim posto, é imprescindível o desenvolvimento de uma política de permanência estudantil e de estratégias pedagógicas voltadas ao estudante trabalhador. É importante que tal problemática não se constitua em pauta fragmentada no âmbito da Universidade, mas esteja presente de forma contínua nos debates acadêmicos para pensar o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político Institucional (PPI), orientando a política de ensino superior que se deseja consolidar e as estratégias que devem arrimar a particularidade dos cursos noturnos.

Tendo em vista as particularidades da região em que se insere o curso de Serviço Social e as demandas que se apresentam, os objetivos da formação profissional estão diretamente vinculados ao contexto regional, de forma a contribuir para a análise crítica dos fenômenos sociais

que emergem do conflito entre capital e trabalho.

OBJETIVOS DO CURSO

- ✓ Promover a apreensão das contradições presentes na realidade social em sua totalidade a partir da teoria social crítica;
- ✓ Fomentar uma postura investigativa que possibilite a apreensão dialética do movimento histórico da sociedade capitalista, considerando as particularidades da realidade social brasileira;
- ✓ Promover a reflexão crítica acerca das transformações no mundo do trabalho e suas particularidades no Brasil;
- ✓ Reconhecer o exercício profissional como trabalho socialmente determinado;
- ✓ Propiciar uma formação que desenvolva competências e habilidades, a partir de uma perspectiva analítica-interventiva, para atuar nos diversos espaços sócio ocupacionais;
- ✓ Promover a articulação dos conhecimentos teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, com o objetivo de atuar sobre os fenômenos sociais resultantes da luta de classes.

METODOLOGIA DE ENSINO E APRENDIZAGEM

A Constituição Federal de 1988 estabelece em seu Artigo 207 que as universidades públicas devem obedecer ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Esse mesmo artigo garante “[...] autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial [...]” (BRASIL, 1988, art. 207) como uma das condições objetivas para a efetivação dessa indissociabilidade. Nesta tríade não há uma hierarquia, ou mesmo a sobreposição de uma à outra, mas todas têm a mesma valoração no meio acadêmico.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é fundamental, na medida em que possibilita a formação profissional, a produção e divulgação do conhecimento científico e ações voltadas para as demandas dos diferentes segmentos sociais localizados na região de abrangência da universidade. Nesse sentido, o Curso de Serviço Social da UNESPAR *campus* de Apucarana, oferta projetos de pesquisa e de extensão, que articulados com as atividades de ensino, consolidam a unidade teoria e prática na formação profissional.

Dada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento dos conteúdos em sala de aula deve priorizar a construção do conhecimento articulado à materialidade da vida social. Assim, busca-se no curso de Serviço Social da UNESPAR *campus* de Apucarana, proporcionar a formação integral dos estudantes através de uma prática educacional que propicie a apreensão crítica da realidade, em seu movimento histórico e dialético, relacionando o conhecimento científico e a prática social, preservando a unidade teoria e prática - epistemologia e

ontologia – na formação profissional, ou como denomina Chasin (2009), o estatuto ontoprático do conhecimento. Para tanto, é fundamental que o planejamento das aulas no curso de Serviço Social favoreça o uso de meios que possibilitem a aproximação dos conteúdos teóricos ao movimento da realidade social, observadas as características econômicas, políticas e sociais da região em que o curso se insere, adequando os objetivos do plano de ensino ao perfil profissional.

Ressalta-se que temáticas como direitos humanos; relações étnico-raciais; cultura afro-brasileira, africana e indígena; meio ambiente e educação ambiental, perpassam os núcleos de fundamentos de formação profissional, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. Desta forma, tais temas são desenvolvidos de forma transversal nas seguintes disciplinas que compõem a matriz curricular: Antropologia; Formação Sócio Histórica do Brasil; Direito e Seminários Temáticos.

Durante a Semana Pedagógica do ano letivo vigente, no processo de distribuição e planejamento das disciplinas, realiza-se um debate entre os docentes das áreas específicas e afins, com o objetivo de estabelecer a articulação entre os conteúdos, bem como, propiciar uma reflexão sobre as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social, no intuito de explicitar o direcionamento da formação profissional. Prezando pela interdisciplinaridade, pela troca de conhecimento e experiência didático-pedagógica entre os docentes, o Curso de Serviço Social promove ações ao longo de cada ano letivo entre as quais se destacam as seguintes: Semana Pedagógica; Semana de Interação entre os estudantes e docentes; Semana Acadêmica; Mostra dos Campos de Estágio; Fórum de Supervisão de Estágio; além de atividades interdisciplinares entre os cursos de graduação do *campus* e atividades de extensão.

O Curso de Serviço Social se utiliza de diferentes estratégias para apresentar a organização do curso, a articulação entre os conteúdos das disciplinas, os projetos de pesquisa, de extensão e monitoria, Iniciação Científica, Estágio, Atividades Acadêmicas Complementares e Trabalho de Conclusão de Curso, com o objetivo de explicitar como se dá a formação profissional pautada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Dentre os procedimentos metodológicos de ensino comumente adotados, o uso de aulas expositivas, com o apoio de material bibliográfico básico, permite a apreensão do conhecimento de forma dialogada, na qual a reflexão crítica é imprescindível para a efetivação do processo de ensino e aprendizagem. Contudo, é preciso estar atento para que a exposição dos conteúdos não se configure como um processo passivo de aprendizagem, voltado apenas para a transmissão do conhecimento, sem interação objetiva com os estudantes, como adverte Vasconcellos (1992). Desta forma, recomenda-se o uso complementar de recursos audiovisuais – como filmes, documentários etc. – e de materiais empíricos – como relatórios estatísticos, estudos de caso etc. – que facilitem

tanto a interação com os estudantes como o processo reflexivo.

Destaca-se, ainda, que o planejamento das aulas também deve observar o perfil dos estudantes, identificando aqueles que necessitam de acompanhamento pedagógico especializado e métodos de ensino diferenciados. Nesse aspecto, o curso de Serviço Social da UNESPAR *campus* de Apucarana, deverá desenvolver as atividades pedagógicas junto ao núcleo local do Centro de Educação em Direitos Humanos (CEDH), que tem como objetivo promover ações de apoio e acompanhamento pedagógico aos estudantes com necessidades educativas especiais e grupos vulneráveis (PDI - UNESPAR, 2018).

Em relação às disciplinas que possuem carga horária destinada a conteúdos práticos – com exceção das disciplinas de Estágio Supervisionado I e II e Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso, que possuem dinâmicas diferenciadas –, estas deverão ser ofertadas em duas turmas, com o máximo de vinte e cinco estudantes cada. Tal exigência é fundamental para o desenvolvimento de habilidades específicas no processo de formação profissional, no intuito de “[...] garantir a aproximação entre as teorias discutidas em formação inicial com as práticas profissionais futuras, aproximando-nos ao conceito denominado de ‘práxis’, ou seja, não se trata de uma prática isolada, mas de uma ação refletida” (PDI - UNESPAR, 2018, p. 100). Nas aulas práticas, os conteúdos serão ministrados de forma a aproximar os estudantes ao cotidiano profissional, através de experiências que propiciem a reflexão sobre os conteúdos, como atividades de campo (visitas técnicas às instituições governamentais e não governamentais) e/ou atividades didático-pedagógicas (simulação de entrevistas e visitas domiciliares, elaboração de relatórios, diagnósticos e estudo social etc.).

As disciplinas de Estágio Supervisionado I e II correspondem ao componente curricular obrigatório, que requer a supervisão direta do assistente social na instituição promotora do estágio, devidamente credenciada pela UNESPAR. A supervisão pedagógica será realizada nas disciplinas de Seminário de Supervisão de Estágio I e II, conforme consta no Regulamento de Estágio do Curso de Serviço Social. Já a disciplina de Seminário de Trabalho de Conclusão de Curso refere-se ao processo pedagógico de orientação individual dos estudos científicos produzidos na última série do Curso de Serviço Social, constituindo-se em uma exigência curricular. O conteúdo teórico de tal disciplina será ministrado pelo Coordenador de Trabalho de Conclusão de Curso. As aulas práticas, de responsabilidade do orientador, serão ofertadas em horários específicos, sem prejuízo à frequência dos estudantes às demais atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Os estudantes também deverão cumprir a carga horária de 150 (cento e cinquenta) horas de Atividades Acadêmicas Complementares – AAC, tais como monitoria, pesquisa e extensão, seminários, semanas acadêmicas, congressos, dentre outras atividades que contribuam para o

processo de formação profissional, considerando a Tabela de Validação que segue anexa ao Projeto Pedagógico do Curso – PPC.

AVALIAÇÃO DE APRENDIZAGEM

A avaliação de aprendizagem é parte importante da formação profissional, na medida em que contribui para estabelecer um parâmetro capaz de apontar as condições em que se encontram o processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, não se trata apenas de uma ação destinada à atribuição de uma determinada nota ao estudante. Para além disso, a avaliação de aprendizagem tem como objetivo estimular a reflexão acerca do processo ensino e aprendizagem, considerando os diferentes sujeitos envolvidos. Nessa perspectiva,

A insuficiência dos processos de avaliação da aprendizagem instituídos para contribuir com uma efetiva melhoria da ação escolar nos convida a buscar processos mais democráticos, capazes de inibir o poder-sobre, característico do exame, para potencializar o poder-fazer, anúncio de práticas pedagógicas articuladas aos processos sociais de emancipação. Movimento que sem abrir mão da interação com diferentes interlocutores estimule os participantes do processo aprendizagem-ensino a exercerem sua autonomia. Uma avaliação em que os sujeitos tenham voz e visibilidade, abandonando a avaliação em que se fala sobre os sujeitos a partir de seus desempenhos e constituindo um processo em que os sujeitos que vivem a experiência do processo aprendizagem-ensino falam sobre si mesmos como participantes de processos coletivos, considerando como um dos elementos relevantes o seu desempenho, dentro de determinados contextos (ESTEBAN, 2009, 132-133).

Sendo assim, a avaliação da aprendizagem exige a capacidade, em especial dos docentes, em apreender o cotidiano do processo de ensino e aprendizagem, na perspectiva de lançar mão de práticas que efetivamente possam considerar as particularidades dos sujeitos envolvidos no processo. A partir dessa concepção, “A avaliação baseada no diálogo pode ser um dos elementos para uma melhor compreensão dos percursos a trilhar” (ESTEBAN, 2009, p. 133). Nesse sentido, considerando a complexidade e a heterogeneidade que envolve o ensino e aprendizagem, a busca de homogeneidade como norte para o processo de avaliação

[...] faz com que os percursos se configurem predominantemente na lógica da subalternização, em que se tolera a diversidade, mas não se aceita a diferença. As práticas pedagógicas oferecem aos estudantes, e porque não dizer também aos docentes, possibilidades de adequação aos modelos válidos. Atuam no sentido de destituir os sujeitos de suas culturas, valores, conhecimentos, modos de produção da realidade, de solução dos problemas, de enfrentamento dos conflitos, de celebração da vida, de criação de novas e diferentes possibilidades. As práticas predominantes nos cotidianos escolares estudados e nas orientações metodológicas frequentemente apresentadas à escola se reduzem a buscar levar os estudantes ao bom desempenho, garantido pela reprodução dos processos e produtos que conformam o padrão a ser alcançado (ESTEBAN, 2009, p. 131).

Nessa linha de compreensão acerca do processo de avaliação, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI da UNESPAR também aponta para a importância de se levar em consideração todos os sujeitos envolvidos, assim como todas as atividades desenvolvidas pelos mesmos. Sendo assim, a UNESPAR define como avaliação “[...] o momento de expressão da síntese relativo ao trabalho desenvolvido pelos professores e alunos para a apreensão de um novo conhecimento” (PDI – UNESPAR, 2018, p. 84). Assim, a avaliação deve

[...] expressar a relação entre o cotidiano e o científico, o teórico e o prático, marcando uma nova relação com o conteúdo em relação ao que havia no início do processo evidenciando um grau mais elevado de compreensão da realidade. O resultado da avaliação deve ainda contribuir para repensar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos professores, subsidiando a melhoria dos cursos (PDI – UNESPAR, 2018, p. 84).

Nesse sentido, na medida em que a avaliação nos coloca a necessidade de rever práticas e ações no processo de ensino e aprendizagem, o método do materialismo histórico e dialético possibilita redimensionar modelos de avaliação obsoletos. Nessa direção, tal método revela que:

A totalidade concreta como concepção dialético-materialista do conhecimento do real [...] significa, portanto, um processo indivisível, cujos momentos são: a destruição da pseudoconcreticidade, isto é, da fetichista e aparente objetividade do fenômeno, e o conhecimento da sua autêntica objetividade; em segundo lugar, conhecimento do caráter histórico do fenômeno, no qual se manifesta de modo característico a dialética do individual e do humano em geral; e enfim o conhecimento do conteúdo objetivo e do significado do fenômeno, da sua função objetiva e do lugar histórico que ela ocupa no seio do corpo social [...] (KOSIK, 2002, p. 61).

O processo avaliativo não pode ser visto descolado da realidade que o produziu, uma vez que é fruto da produção humana e social. Assim sendo, entende-se a avaliação enquanto um processo avaliativo global, abrangente, processual e pensado de forma diagnóstica, capaz de apontar as contradições inerentes da sociedade capitalista de classes e de seus antagonismos mais pungentes. A avaliação não pode ser entendida ou concebida como se fosse solta, voluntarista, isolada do contexto da luta de classes que a engendra. Pelo contrário, ela é uma das manifestações mais claras desse processo.

A avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou transformá-lo. A definição mais comum adequada, encontrada nos manuais, estipula que a *avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão* (LUCKESI, 2002, p.33 - grifo do autor).

Tratar do tema da avaliação é um verdadeiro desafio, uma das grandes dificuldades do processo de verificação acerca das habilidades requisitadas e da materialização da apropriação de conteúdos em torno da relação ensino e aprendizagem. O propósito do Curso de Serviço Social da UNESPAR *campus* de Apucarana não é o de conceber, nesse caso, a avaliação como forma de segregação, muito menos, classificatória, punitiva e seletiva.

Na perspectiva de superar tendências tradicionais, um elemento inicial para se discutir os instrumentos de avaliação refere-se ao próprio conceito de avaliação, que, entendida como processo de aprendizagem, precisa ser pensada, planejada e realizada de forma integrada à aprendizagem, considerando que nesse processo se trabalha com vários objetivos: conhecimento, habilidades e competências (MASSETTO, 2012). Essa perspectiva compreende a avaliação formativa que consiste na prática da avaliação contínua, realizada durante o processo de ensino e aprendizagem.

Nessa direção, os instrumentos de avaliação precisam estar adequados ao perfil do profissional que se quer formar, aos objetivos desta formação, bem como aos objetivos propostos na disciplina, e deve possibilitar uma reflexão aos estudantes e docentes no que se refere ao processo avaliativo. Assim, a avaliação no Curso de Serviço Social da UNESPAR *campus* de Apucarana poderá se utilizar dos seguintes instrumentos avaliativos: prova discursiva; prova com consulta, prova contendo questões discursivas e questões de múltipla escolha, seminários, trabalhos em grupo, entre outros.

PERFIL DO PROFISSIONAL - FORMAÇÃO GERAL

Em conformidade com os pressupostos das Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 e aprovadas pelo MEC em 2002 e, com os dispositivos da Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662, de 07/07/1993 e do Código de Ética Profissional do Assistente Social de 1993, o Curso de Serviço Social da UNESPAR *campus* de Apucarana, visa contribuir para a formação profissional crítica, tendo em vista as seguintes dimensões: teórico-metodológica; ético-política e técnico-operativa. Nesse sentido, busca-se a formação de um profissional capaz de analisar criticamente a realidade social, com vistas a propor ações de enfrentamentos às manifestações da questão social, “[...] entendida como um conjunto de expressões da desigualdade social cujas raízes estão na produção socializada e na apropriação privada de seus frutos” (BOSCHETTI, 2004, p. 92).

Nesta perspectiva, considerando a legislação profissional em vigor e a análise da realidade particular na qual se efetiva o exercício profissional, pretende-se que o perfil do egresso esteja respaldado por uma formação profissional que atenda os seguintes aspectos:

- ✓ A necessidade de um profissional generalista em sua formação intelectual, política e cultural, munido de um acervo de informações, capaz de apresentar propostas inovadoras e criativas

em seu campo de trabalho;

- ✓ A necessidade de um profissional com capacidade para promover a participação dos diferentes atores sociais na definição, formulação, controle e avaliação das políticas sociais;
- ✓ A necessidade de um profissional crítico capaz de elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos, assim como administrar benefícios e serviços sociais, prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública e privada, e aos movimentos sociais;
- ✓ A necessidade de um profissional imbuído da atitude investigativa e interventiva, capaz de proceder a uma leitura crítica da realidade social sobre a qual atua.

4. ESTRUTURA CURRICULAR - CURRÍCULO PLENO

DESDOBRAMENTO DAS ÁREAS/MATÉRIAS EM DISCIPLINAS			
Área/Matéria	Código	Disciplinas	C/H
1. Núcleo de Fundamentos Teórico- Metodológicos da Vida Social			
	SER 01.01	Filosofia	60
	SER 01.08	Sociologia	60
	SER 02.09	Antropologia	60
	SER 01.02	Ciência Política	60
	SER 01.03	Economia Política	60
	SER 02.14	Psicologia Social	60
	SER 02.16	Processos de Trabalho e Constituição da Sociabilidade	60
Subtotal			420
2. Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira			
	SER 01.05	Formação Sócio Histórica do Brasil	60
	SER 04.24	Movimentos Sociais	60
	SER 02.10	Direito	60
	SER 03.20	Seguridade Social	120
	SER 02.13	Fundamentos da Política Social	120
Subtotal			420
3. Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional			
	SER 01.01	Oficina Profissional: Questão Social e Serviço Social	120

	SER 01.06	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social I	120
	SER 02.11	Ética Profissional	60
	SER 02.12	Fundamentos Históricos e Teórico- Metodológicos do Serviço Social II	120
	SER 02.15	Oficina Profissional – Instrumentalidade do Serviço Social	60
	SER 03.17	Gestão Social	120
	SER 03.18	Planejamento em Serviço Social	120
	SER 03.19	Pesquisa em Serviço Social	120
	SER 03.21	Trabalho Profissional I	60
	SER 04.26	Ensino em Supervisão de Estágio em Serviço Social	60
	SER 04.27	Seminários Temáticos	120
	SER 04.29	Trabalho Profissional II	60
Subtotal			1.140
4 - Outras disciplinas previstas na matriz curricular			
	SER 01.07	Metodologia do Trabalho Acadêmico	60
	SER 04.25	Estatística	60
	SER 04.28	Libras	60
Subtotal			180
5 - Estágios e TCC			
	SER 04.30	Seminário de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso	120
	SER 03.22	Seminário de Supervisão de Estágio I	60
	SER 04.31	Seminário de Supervisão de Estágio II	60
	SER 03.23	Estágio Supervisionado I	225
	SER 04.32	Estágio Supervisionado II	225
Subtotal			690
6 - Atividades Acadêmicas Complementares			
Subtotal			150
TOTAL			3.000

5. DISTRIBUIÇÃO ANUAL DAS DISCIPLINAS

Código	Nome da Disciplina	Pré-requisito (Código)	Carga Horária			Forma de Oferta	
			Teórica	Prática	Extensão	Sem. (S)	Anual (A)
1º Ano							
SER 01.01	Oficina Profissional: Questão Social e Serviço Social		90	30			A
SER 01.02	Ciência Política		60				A
SER 01.03	Economia Política		60				A
SER 01.04	Filosofia		60				A
SER 01.05	Formação Sócio Histórica do Brasil		60				A
SER 01.06	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social I		120				A
SER 01.07	Metodologia do Trabalho Acadêmico		60				A
SER 01.08	Sociologia		60				A
Subtotal			570	30			
2º Ano							
SER 02.09	Antropologia		60				A
SER 02.10	Direito		60				A
SER 02.11	Ética Profissional		60				A
SER 02.12	Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social II	SER 01.06	120				A
SER 02.13	Fundamentos da Política Social		120				A
SER 02.14	Psicologia Social		60				A
SER 02.15	Oficina Profissional – Instrumentalidade do Serviço Social		40	20			A
SER 02.16	Processos de Trabalho e Constituição da Sociabilidade		60				A
Subtotal			580	20			
3º Ano							
SER 03.17	Gestão Social		120				A
SER 03.18	Planejamento em Serviço Social		120				A
SER 03.19	Pesquisa em Serviço Social		120				A

SER 03.20	Seguridade Social		120			A
SER 03.21	Trabalho Profissional I		60			A
SER 03.22	Seminário de Supervisão de Estágio I	SER 02.11 SER 02.12	60			A
SER 03.23	Estágio Supervisionado I	SER 02.11 SER 02.12		225		A
Subtotal			600	225		
4º Ano						
SER 04.24	Movimentos Sociais		60			A
SER 04.25	Estatística		60			A
SER 04.26	Ensino em Supervisão de Estágio em Serviço Social		60			A
SER 04.27	Seminários Temáticos		120			A
SER 04.28	Libras		60			A
SER 04.29	Trabalho Profissional II	SER 03.21	60			A
SER 04.30	Seminário de Orientação do Trabalho de Conclusão de Curso	SER 03.19 SER 03.22 SER 03.23	30	90		A
SER 04.31	Seminário de Supervisão de Estágio II	SER 03.22 SER 03.23	60			A
SER 04.32	Estágio Supervisionado II	SER 03.22 SER 03.23		225		A
Subtotal			510	315		
TOTAL/TIPO DE CARGA HORÁRIA			2.260	590		
ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES				150		
TOTAL GERAL						3.000

6. EMENTÁRIO DAS DISCIPLINAS E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

PRIMEIRO ANO

DISCIPLINA:	OFICINA PROFISSIONAL: QUESTÃO SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 90	C/H PRÁTICA: 30	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
<p>Conceituação histórica da questão social, suas expressões e enfrentamento pelo Estado. Análise de conjuntura. A questão social enquanto objeto do Serviço Social. Investigação das expressões da questão social na realidade local e regional.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: Uma crônica do salário. 6ª. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1998. 611 p</p> <p>PASTORINI, Alejandra. A categoria "questão social" em debate. São Paulo: Cortez, 2004.</p> <p>SANTOS, Josiane Soares. "Questão social": particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.</p>			

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTEL, R. **Desigualdade e a Questão Social**. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 2000.

IAMAMOTO, M. V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis**. Ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS, Graflin, jan/jul.2001.

IANNI, Octavio. A questão social. **Revista Estudos Políticos Brasileiro**. São Paulo: USP, set./out./nov. 1989.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da "Questão Social". **Revista Temporalis**. Ano 2, n. 3. Brasília: ABEPSS/Graflin, jan/jul/2001.

DISCIPLINA:	CIÊNCIA POLÍTICA		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Origens e formação do Estado moderno. Maquiavel e a condução do Estado. Clássicos do pensamento contratualista: Hobbes, Locke, Rousseau. Edmund Burke e conservadorismo clássico. A crítica hegeliana ao contratualismo. O pensamento político marxista.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CARNOY, M. Estado e Teoria Política . Campinas/SP: Papyrus, 1990. Tradução da equipe de tradutores do Instituto de Letras da PUCCAMP.			
TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. Marx no Século XXI . São Paulo: Cortez, 2009, 2 ed., 197p.			
WEFFORT, F. Os clássicos da política . São Paulo: Ática, 1989 (vols. 1 e 2).			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BORÓN, Atílio. Filosofia política : de Hobbes a Marx. CLACSO/USP, 2006.			
CHÂTELET; François; DUHAMEL, Olivier; PISIER-KOUCHNER, Eveline. História da ideias políticas . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009. Tradução de Carlos Nelson Coutinho.			
QUIRINO, C. G., VOUGA, C., BRANDÃO, G. M. Clássicos do pensamento político . 2. ed. São Paulo, EDUSP, 2004.			
QUIRINO Célia G., SADEK, Maria T. Pensamento político clássico . São Paulo, Martins Fontes, 2003.			

DISCIPLINA:	ECONOMIA POLÍTICA		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Processo de produção, reprodução e acumulação capitalista a partir das diferentes escolas do pensamento econômico e das diferentes interpretações da economia capitalista: liberal, keynesiana, marxista e neoliberal. Reprodução e acumulação capitalista, globalização da economia, reestruturação produtiva e terceirização. Problemas econômicos contemporâneos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			

NETTO, José P.; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2007. Introdução.

SWEEZY, Paul. **A Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. São Paulo: Nova Cultural, 1983. Cap. 1.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo, Martins Fontes, 1983. Prefácio.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TEIXEIRA, Francisco J. S. **Pensando com Marx**: uma leitura crítico-comentada de O Capital. São Paulo: Ensaio, 1995. Prolegômenos de uma leitura crítica: o Método de Exposição em O Capital

WHEEN, Francis. **O Capital de Marx**: uma biografia. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Introdução.

HOBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das letras, 2002. Cap. 11: Marx e a história.

DISCIPLINA:	FILOSOFIA		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Empirismo e racionalismo: características e impasses. O criticismo kantiano. O sistema hegeliano: lógica, filosofia da natureza e filosofia do espírito. Positivismo e neopositivismo: continuidades e rupturas. Heidegger e a questão da ontologia. Existencialismo. Pós-estruturalismo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
LUKÁCS, G. Neopositivismo e existencialismo. In: LUKÁCS, G. Para uma ontologia do ser social . São Paulo, Boitempo, 2012.			
REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. História da filosofia : do Humanismo a Kant. Vol. 2. 2. ed. São Paulo, Paulus, 1990.			
REALE, Giovanni, ANTISERI, Dario. História da filosofia : do Romantismo até nossos dias. Vol. 3. 2. ed. São Paulo, Paulus, 1990.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
FAYE, Emmanuel. Heidegger : a introdução do nazismo na filosofia. São Paulo, É Realizações, 2015.			
NANDA, Meera. Contra a destruição/desconstrução da ciência: histórias cautelares do terceiro mundo. In: WOOD, Ellen M., FOSTER, Bellamy. Em defesa da história : marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.			
PALMER, Bryan D. Velhas posições/novas necessidades: história, classe e metanarrativa marxista. In: WOOD, Ellen M., FOSTER, Bellamy. Em defesa da história : marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro, Zahar, 1999.			
SARTORI, Vitor B. O segundo Heidegger e Lukács: alienação, história e práxis. Verinotio revista online . N. 11, Ano VI, abr. 2010.			
TAYLOR, Charles. Hegel : sistema, método e estrutura. São Paulo, É Realizações, 2014.			

DISCIPLINA:	FORMAÇÃO SÓCIO HISTÓRICA DO BRASIL		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA Relações étnico-raciais. A formação do Estado Nacional Brasileiro. A República oligárquica do café com leite. A “revolução brasileira” e as particularidades do processo nacional-desenvolvimentista. As diferentes configurações do estado brasileiro e sua relação com a sociedade civil: ditaduras e democracias.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil. São Paulo, Zahar, 1981.</p> <p>HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p> <p>PRADO JUNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes nomes do pensamento brasileiro).</p> <p>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR AQUINO, R. S. L. de (et.al). Sociedade Brasileira - Uma história através dos movimentos sociais. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.</p> <p>CHAUÍ, Marilena. Brasil, Mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.</p> <p>FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 4 ed. São Paulo: Globo, 2003.</p> <p>CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.</p> <p>MARTINS, J. de S. O poder do atraso - ensaio de sociologias da História Lenta. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.</p> <p>SOUZA, Jessé de. A Elite do atraso: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.</p> <p>PRADO JUNIOR, Caio A revolução brasileira. São Paulo: Brasiliense, 2004.</p>			

DISCIPLINA:	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
<p>EMENTA As origens do Serviço Social no contexto da expansão do capitalismo monopolista. A institucionalização do Serviço Social no Brasil: demandas societárias e respostas profissionais entre a década de 1930 e 1970. A lei de regulamentação da profissão.</p> <p>BIBLIOGRAFIA BÁSICA IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica. 16 ed. São Paulo, Cortez, 2004.</p> <p>NETTO, José Paulo. O capitalismo monopolista e o Serviço Social. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2006.</p>			

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e filosofia: das origens a Araxá.** 5 ed. São Paulo: Cortez; Piracicaba – SP: Universidade Metodista de Piracicaba, 1995.

CENTRO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO E INTERCÂMBIO DE SERVIÇOS SOCIAIS (CBCISS).

Teorização do Serviço Social. Rio de Janeiro: Agir/CBCISS, 1986.

LOPES, Josefa Batista. O Serviço Social na América Latina: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade. 2001. **Tese (Doutorado em Serviço Social)** – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação.** 5 ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes.** Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

DISCIPLINA:	METODOLOGIA DO TRABALHO ACADÊMICO		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

O processo de construção do conhecimento científico: senso comum, ciência, conhecimento e ideologia. Leitura e produção de textos da esfera acadêmica: resumos, resenhas, artigos e relatórios. Análise de textos de gêneros acadêmicos. Pesquisa bibliográfica. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

KOCH, Ingedore G. Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e compreender: os sentidos do texto.** 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. **Produção textual na universidade.** São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 22 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALVES, Maria Fátima; MOURA, Lucielma de Oliveira Batista de. **A escrita de artigo acadêmico na universidade: Autoria X Plágio.** In: Ilha do Desterro, v. 69, nº3, p. 077-093, Florianópolis, set/dez 2016.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

DISCIPLINA:	SOCIOLOGIA		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

O homem como ser social. Origens da sociedade burguesa e do pensamento social moderno. As revoluções burguesas e o contexto do surgimento da sociologia. Os clássicos da sociologia: Auguste Comte, Émile Durkheim, Max Weber. Elementos para a caracterização do pensamento de Karl Marx.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Ana Maria & DIAS, Edmundo Fernandes. **Introdução ao pensamento sociológico**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (Org.). **O Manifesto Comunista 150 anos depois**. São Paulo/Rio de Janeiro: Perseu Abramo/Contraponto, 1998, 208p.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro de (Orgs.). **Um Toque de Clássicos: Marx-Durkheim-Weber**. Belo Horizonte/MG/UFMG, 2002, 2 ed, (Coleção Aprender), 159p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FORACCHI, Marialice Mencarini; MARTINS, José de Souza. **Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2002, 22 tiragem. 308p.

GIDDENS, A. **Política, sociologia e teoria social**. São Paulo. UNESP, 1998.

GIDDENS, Anthony. **Capitalismo e moderna teoria social**. Lisboa, Presença, 1994.

LEFEBVRE, H. **Marxismo**. Porto Alegre, L&PM, 2009.

FERREIRA, Delson. **Manual de Sociologia: dos clássicos à sociedade da informação**. São Paulo: Atlas, 2001, 247p.

SELL, Carlos Eduardo. **Sociologia Clássica: Marx, Durkheim e Weber**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010, 2 ed., 165p. (Coleção Sociologia).

TOMAZI, Nelson Dácio (Coord.). **Iniciação à Sociologia**. São Paulo: Atual, 2000, 2. ed. 264p.

SEGUNDO ANO

DISCIPLINA:	ANTROPOLOGIA		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

A contribuição da antropologia para a compreensão da sociedade contemporânea nos aspectos culturais e sociais. Cultura Popular, identidade e expressões culturais regionais e expressões multiculturais. Cultura indígena, africana e afro-brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTRO, Celso (Org.). **Textos básicos de Antropologia: cem anos de tradição: Boas, Malinowski, Lévi-Strauss e outros**. Rio e Janeiro: Zahar, 2016.

LARAIA, R.B. **Cultura, um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GODELIER, Maurice. **Horizontes da antropologia**. Lisboa: Edições 70. (Coleção Perspectivas do Homem, 14).

PELTO, Pelto J. **Iniciação ao estudo da antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

ROCHA, E. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DISCIPLINA:	DIREITO		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Fundamentos históricos da construção dos direitos do homem. A Constituição Federal de 1988: Direitos e Garantias Fundamentais, Da Ordem Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TRINDADE, José Damião de Lima. **HISTÓRIA SOCIAL DOS DIREITOS HUMANOS**. Editora Peirópolis, São Paulo, 3ª ed. 2011.

CASTILHO, Ricardo. **Direitos Humanos**. Editora Saraiva, São Paulo, 2013.

SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2007. (Biblioteca Básica de Serviço Social).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. **Constituição Federal de 1988 (comentada)**: Direitos e Garantias Fundamentais, Da Ordem Social. Título II; Título VIII.

NAVES, Márcio Bilharinho. **Marxismo e Direito**: um estudo sobre Pachukanis. São Paulo: Boitempo, 2008, 183p.

PACKUKANIS, Evgeny Bronislavovich. **Teoria Geral do Direito e Marxismo**. São Paulo: Acadêmica, 1988. Tradução de Sílvio Donizete Chagas.

RUIZ, Jefferson Lee de Souza. **Direitos humanos e concepções contemporâneas**. São Paulo: Cortez, 2014.

SANTOS, Boaventura de Souza/CHAUI, Marilena. **Direitos Humanos, democracia e desenvolvimento**. Cortez Editora, São Paulo, 2013.

SIMÕES, Carlos. **Teoria e crítica dos direitos sociais: o Estado social e o Estado democrático de direito**. São Paulo: Cortez, 2013.

DISCIPLINA:	ÉTICA PROFISSIONAL		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Ética e moral. Os Códigos de Ética Profissional do Serviço Social no Brasil e sua contextualização histórica. A questão do Projeto Ético-político.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. São Paulo: Cortez, 2008. (Biblioteca básica de Serviço Social; v.4).

_____; TERRA, S. H. **Código de Ética do Assistente Social comentado**. Organização do CFESS. São Paulo: Cortez, 2012.

BONETTI, Dilséia A. / GONELLI, Valéria M.M. / VVAA. Serviço Social e Ética – **Convite a uma Nova Práxis**. Cortez/CFESS, São Paulo, 1996.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e serviço social**: fundamentos ontológicos. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Os fundamentos sócio-históricos da ética. *In*: Capacitação em Serviço Social e Política Social: **Módulo 2: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social**. Brasília: CEAD, 1999.

BRITES, M. C., BARROCO, M. L. S. “A centralidade da ética na formação profissional”. **Temporalis**. Brasília, ABEPSS, nº 2, 2000.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1972.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise Contemporânea. *In* Capacitação em serviço social e política social: **Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social** – Brasília : CEAD, 1999.

OLIVEIRA, M. A. **Ética e práxis histórica**. S. Paulo, Ática, 1995.

VÁSQUEZ, Adolfo. **Ética**. Civilização Brasileira S/A, Rio de Janeiro, 1970.

DISCIPLINA:	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICO-METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

O Serviço Social no Brasil: demandas societárias e respostas profissionais entre a década de 1980 e 1990. O debate sobre a questão da metodologia no Serviço Social. Serviço Social na contemporaneidade: o redimensionamento da profissão ante as transformações societárias. A questão curricular e a formação profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**: ensaios críticos. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 19. Ed São Paulo: Cortez, 2010.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64 São Paulo: Cortez, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COGGIOLA, Osvaldo. **Governos militares na América Latina**. São Paulo: Contexto, 2001.

LOPES, Josefa Batista. **O Serviço Social na América Latina**: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade. 2001. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

ORTIZ, Fátima Grave. **O Serviço Social no Brasil**: os fundamentos de sua imagem social e da autoimagem de seus agentes. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

SILVA, José Fernando Siqueira da. **Serviço Social**: resistência e emancipação? São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, Maria Liduína de Oliveira (Org.). **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Serviço Social e o popular**: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

DISCIPLINA:	FUNDAMENTOS DA POLÍTICA SOCIAL		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Estado e regulação social na sociedade burguesa. O Estado de Bem Estar Social e a expansão das políticas sociais. O desmonte das políticas sociais no contexto neoliberal. O desenvolvimento histórico das políticas sociais no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. 6 ed. Petrópolis: Paz e Terra, 1995. P.09-23.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social**: fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social; v.2).

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política social**: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso (Orgs). **Política social no capitalismo**: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez. 2008.

FONTES, Virginia. Capitalismo, crises e conjuntura. **Serviço Social e Sociedade**: São Paulo, n.130, p.409-425, set-dez. 2017.

DISCIPLINA:	PSICOLOGIA SOCIAL		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
<p>Concepção de Homem e Sociedade na Psicologia Social. Fundamentos epistemológicos da Psicologia Social na perspectiva do materialismo histórico. Categorias fundamentais da psicologia social: linguagem, pensamento e representações sociais, consciência, alienação, ideologia e identidade. A constituição da subjetividade no processo de produção e reprodução da vida social. Psicologia e Serviço Social: práticas profissionais numa abordagem crítica.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>FARR, Robert. As Raízes da Psicologia Social Moderna. Petrópolis: Vozes, 1998.</p> <p>SPINK, Mary Jane. O conhecimento no Cotidiano. São Paulo: Brasiliense, 1995.</p> <p>SANTOS, Luane Neves. A Psicologia na Assistência Social. São Paulo, Cortez.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Identidade e Etnia. São Paulo: Brasiliense, 1986.</p> <p>GUARESCHI, Neusa Maria de Fátima; BRUSCHI, Michel Euclides (ORGS). Psicologia Social nos Estudos Culturais. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.</p> <p>LAFARGUE, Paul. O Direito à Preguiça. (Prefácio de Marilena Chauí).</p> <p>LAURENTI, Carolina; BARROS, Mari Nilza Ferrari de. Identidade: questões conceituais e contextuais. In: PSI- Revista de Psicologia Social e Institucional. Londrina, v.2, n.1, jun.2000.</p> <p>ARRUDA, Ângela (ORG.) Representando a Alteridade. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.</p>			

DISCIPLINA:	OFICINA PROFISSIONAL - INSTRUMENTALIDADE DO SERVIÇO SOCIAL		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 40	C/H PRÁTICA: 20	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
<p>As dimensões teórico-metodológica, ético-político e técnico-operativa do Serviço Social. Os elementos constitutivos da dimensão técnico-operativa. O plano de trabalho profissional. Os instrumentos e técnicas de intervenção do Serviço Social.</p>			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
<p>FORTI, Valéria; GUERRA, Yolanda. Serviço social: temas, textos e contextos: coletânea nova de serviço social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.</p> <p>GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. 2.ed. São Paulo: Editora Cortez, 1999.</p> <p>SANTOS, Cláudia Mônica; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (org). A dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2017.</p>			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
<p>ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da Sistematização da Prática”em Serviço social. Em Pauta: FSS/UERJ, n. 10, jul.1997.</p>			

http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-2.pdf

AMARO, Sarita; CRAVEIRO, Adriéli Volpato (org.). **Vade Mécum**: trabalho e instrumentalidade do Serviço Social. Curitiba: Nova Práxis Editorial, 2018.

BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. **A prática profissional do assistente social**: teoria, ação, construção de conhecimento. São Paulo: Veras Editora. v. I, 2009.

LAVORATTI, Cleide; COSTA, Dorival (org.) **Instrumentos técnico-operativos no Serviço Social**: um debate necessário. Ponta Grossa: Estúdio Texto, 2016.

PRATES, J.C. A questão dos instrumentais técnico-operativos numa perspectiva dialético crítica de inspiração marxiana. **Textos & Contextos**, n. 2, dez. 2003. Disponível:

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/948/728>

TINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Desvendando as determinações sócio-históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, ano II, n.4, jul. a dez. 2001.

DISCIPLINA:	PROCESSOS DE TRABALHO E CONSTITUIÇÃO DA SOCIABILIDADE		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
O trabalho como categoria constituinte do ser social. O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo. Questões contemporâneas do mundo do trabalho. Condições de trabalho e a organização política da categoria profissional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ALVES, Giovanni. Dimensões da precarização do trabalho : ensaios de sociologia do trabalho. Bauru: Práxis, 2013, cap. 2 e 4.			
ANTUNES, R. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 9 ed. São Paulo: Cortez; Campinas, São Paulo: Ed. UNICAMP, 2003.			
MARX, Karl. Processo de Trabalho e Processo de Valorização. O Capital . 2ed. Livro I, Cap. 5. SP: Boitempo, 2017. p.255-276.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira; ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Serviço social, trabalho e políticas públicas . São Paulo: Saraiva, 2011, cap.3.			
ANTUNES, Ricardo. (org.). A dialética do trabalho . São Paulo: Expressão Popular, 2013.			
LESSA, Sérgio. Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo. São Paulo: Cortez, 2007.			
IAMAMOTO, Marilda Villela. Divisão do Trabalho e Serviço Social. In: ____ Renovação e conservadorismo no Serviço Social : ensaios críticos. 7 ed. SP: Cortez, 1992. p 54-112.			
RAICHELIS, Raquel; VICENTE, Damares; ALBUQUERQUE, Valéria. A nova morfologia do trabalho no serviço social . São Paulo: Cortez, 2018.			
NETTO, José Paulo. A construção do Projeto Ético Político do Serviço Social frente à crise			

contemporânea. In: CEFESS/ABEPSS; CEAD/UNB (Org.). **Crise contemporânea, questão social e Serviço Social**. Capacitação em Serviço Social e política social. Brasília: CEAD/UNB, 1999.

TERCEIRO ANO

DISCIPLINA:	GESTÃO SOCIAL		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Introdução ao pensamento administrativo e a gestão das políticas sociais. A gestão contemporânea das políticas sociais: universalização, descentralização e participação popular. Gestão das políticas sociais nas esferas públicas e privadas. A implementação das políticas sociais: orçamento, financiamento e controle social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. **Gestão Social: alguns apontamentos para o debate**. In: RICO, Elizabeth de M. e RAICHELIS, Raquel (orgs.) **Gestão Social: uma questão em Debate**. São Paulo: 1992.

SILVA, Ademir A. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SOUZA FILHO, Rodrigo de; GURGEL Claudio. **Gestão democrática e Serviço Social: princípios e propostas a intervenção crítica**: SP: Cortez, v. 7, 2016. (Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As possibilidades da política**. Ideias para a reforma democrática do Estado. SP: Paz e Terra, 1998.

RAICHELIS, Raquel. **Esfera Pública e Conselhos de Assistência Social – caminhos da construção democrática**. São Paulo: Cortez, 1998a.

SOUZA FILHO, Rodrigo de. **Gestão pública e democracia: a burocracia em questão**. RJ: Lumen Juris, 2011.

TELLES, Vera da Silva. **Espaço Público e Espaço Privado na Constituição do Social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt**. In: Tempo Social. São Paulo: 1º semestre de 1990. vol. 1.

INOJOSA, Rose Marie. **Intersetorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional**. Revista de Administração Pública. vol. 32, março/abril, Rio de Janeiro, 1998.

DISCIPLINA:	PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Introdução ao planejamento. O planejamento institucional e das ações profissionais. Modelos de

planejamento. Plano, programa e projeto: diagnóstico, formulação, implementação e instrumentos de monitoramento e avaliação. As tendências da avaliação de políticas sociais. Elaboração do projeto de intervenção profissional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. 2 ed. São Paulo: Veras Editora; Lisboa: CPIHTS, 2000.

_____. O planejamento estratégico na prática profissional cotidiana. **Serviço Social e Sociedade**, n. 47. São Paulo: Cortez, Abril 1995.

BERTOLLO, Kathiúca. Planejamento em Serviço Social: tensões e desafios no exercício profissional. **Temporalis**, n. 31, ano 16. Brasília (DF), jan/jun. 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARMANI, Domingos. **Como elaborar projetos sociais**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003.

BARBOSA, Mário da Costa. **Planejamento e serviço social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

BIERREMBACK, Maria Ignês. **Política e Planejamento Social**. São Paulo : Cortez:, 1987.

BONDER, Cíntia. O assistente social e o planejamento participativo. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, ano 25, n. 78, 2004.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, 2009 (p. 575 - 591).

FRITSCH, Rosângela. Planejamento Estratégico: instrumental para a intervenção do Serviço social? **Serviço Social e Sociedade**, n. 47. São Paulo: Cortez, 1995.

NOGUEIRA, V. M. R. Planejamento e Políticas Sociais. **Caderno de Textos nº 04**. Florianópolis: CRESS, 1998.

NOGUEIRA, Vera Maria. Ribeiro. **Planejamento e Políticas Sociais**. Caderno de Textos, n. 4. Florianópolis: CRESS, 1998.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. Formulação, administração e execução de políticas públicas. In: **CFESS/ABEPSS**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, CFESS/ABEPSS/CEAD-UnB, v. 1, p. 553-570, 2009.

DISCIPLINA:	PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
O processo investigativo e a construção do conhecimento. Métodos de conhecimento da realidade social. Método crítico dialético e suas categorias fundamentais: totalidade e história, as categorias de mediação e a apreensão da universalidade, da singularidade e particularidade. Tipos de pesquisa. Metodologias de pesquisa. A dimensão investigativa do Serviço Social e o Serviço Social como área de conhecimento. Os elementos constitutivos do projeto de pesquisa.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. **A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social**. São Paulo: Veras Editora, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004

_____(Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 15. ed. Petrópolis/RJ.: Vozes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SETÚBAL, Aglair. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Atlas, 1985

ABESS. A produção do conhecimento e o Serviço Social. **Cadernos ABESS**, n. 5, São Paulo: Cortez, 1995.

ABESS. Produção científica e formação profissional. **Cadernos ABESS**, n 6, São Paulo: Cortez, 1998.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A pesquisa no Serviço Social: produção de conhecimento e intervenção social profissional. **Emancipação**, 6(1), p. 41-52, 2006.

KOSIK, karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 2. ed. São Paulo: Atlas S.A., 1990.

NETTO, J. P. Introdução ao método na teoria social. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

DISCIPLINA:	SEGURIDADE SOCIAL		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Histórico, organização e perspectivas atuais das políticas brasileiras que compõem a seguridade social: Previdência Social, Saúde, e Assistência Social. O Serviço Social e o trabalho do Assistente Social na Seguridade Social.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGA, Léa; CABRAL, Maria do Socorro Reis (org.). **O Serviço Social na previdência: trajetória, projetos profissionais e saberes**. SP: Cortez, 2007.

MOTA, Ana Elizabete et al. (org.). **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: OPAS/OMS/Ministério da Saúde, 2006.

SPOSATI, Aldaiza et al. (org.) **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Maria Helena T. (Orgs.) **Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas**. 2ª Ed. São

Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010.

BEHRING, Elaine Rossetti; ALMEIDA, Maria Helena T. (org.) **Trabalho e seguridade social: percursos e dilemas** – 2ª Ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010.

BOSCHETTI, Ivanete. A política da seguridade social no Brasil. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, v. 1, p.323-338, 2009.

BRAVO, Maria Inês et al. (Orgs.) **Saúde e Serviço Social**. 3 ed. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: UERJ, 2007.

BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, Juliana de Souza Bravo (orgs). **Saúde, Serviço Social, movimentos sociais e conselhos: desafios atuais**. São Paulo, Cortez, 2012, pp.111-145.

CARTAXO, A.M.B. **Estratégias de sobrevivência: A Previdência e o Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

COUTO, Berenice Rojas (et al.) (org.) **O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento**. 5 ed. revisada e atualizada. São Paulo: Cortez, 2017.

MATOS, Murilo Castro. **Serviço Social, ética e saúde: reflexões para o exercício profissional**. 2 ed. SP: Cortez, 2017.

MENDES, Eugênio. Vilaça. As políticas de saúde no Brasil nos anos 80: a conformação da reforma sanitária e a construção da hegemonia do projeto neoliberal. In: MENDES, Eugênio. Vilaça (org.). **Distrito Sanitário: o processo social de mudança das práticas sanitárias do Sistema Único de Saúde**. 3 ed. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC-ABRASCO, p. 19-91, 1995.

MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre o Estado, política e sociedade**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Ademir A. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado**. São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, Maria Lucia Lopes. **Previdência Social no Brasil: (des)estruturação do trabalho e condições para sua universalização**. São Paulo: Cortez, 2012.

DISCIPLINA:	TRABALHO PROFISSIONAL I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
A inserção do Serviço Social nos espaços institucionais: correlações de força, controle, burocracia e poder. O trabalho profissional e os diferentes campos sócio-ocupacionais do Assistente Social: demandas, requisições, atribuições e competências profissionais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
FALEIROS, V. P. de. Espaço institucional e espaço profissional. Revista Serviço Social e Sociedade , nº 1, 1979, p. 137-152.			
IAMAMOTO, Marilda V. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais . Brasília, DF: CFESS/ABEPSS, p. 341 – 375. 2009.			

BAPTISTA, Myrian Veras; BATTINI, Odária. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento.** Volume I. São Paulo: Veras Editora, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 19. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SOUZA, H. R. de. Institucionalismo: a perda das instituições. **Temas IMESC.** Sociedade, Direito, Saúde. Instituto de Medicina e Criminologia Social. São Paulo, 1984, p. 13-24.

DISCIPLINA:	SEMINÁRIO DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO I		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA Processo de orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário. Análise institucional e a inserção do Serviço Social nos campos de estágio. A construção do plano de estágio. O reconhecimento da condição social dos usuários atendidos pelo profissional do Serviço Social nos campos de estágio (perfil socioeconômico e familiar). A construção do projeto de intervenção. Documentação: plano de estágio, folha de frequência, relatório semestral, diário de campo, estudo institucional e projeto de intervenção profissional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA LEWGOY, A. M. B. Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.			
SANTOS, C. M. dos; LEWGOY, A. M. B; ABREU, M. H.E. A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.			
LIPORONI, A. A. R, C. (Org.) Estágio supervisionado em serviço social: fundamentos, significados e perspectivas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR PINTO, R. M.F. Estágio e supervisão: um desafio ao ensino teórico-prático do serviço social. Tese apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 1997.			
GUERRA, Y. BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS/ABEPSS, 2009.			

DISCIPLINA:	ESTÁGIO SUPERVISIONADO I		
C/H TOTAL:	225		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 225	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA A inserção do estudante nos diferentes campos ocupacionais para o aprendizado do trabalho profissional. Documentação: plano de estágio, folha de frequência, relatório semestral, diário de campo, estudo institucional e projeto de intervenção profissional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA LEWGOY, A. M. B. Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.			

SANTOS, C. M. dos; LEWGOY, A. M. B; ABREU, M. H.E. **A supervisão de estágio em serviço social:** aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

LIPORONI, A. A. R, C. (Org.) **Estágio supervisionado em serviço social:** fundamentos, significados e perspectivas. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PINTO, R. M.F. **Estágio e supervisão:** um desafio ao ensino teórico-prático do serviço social. Tese apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 1997.

GUERRA, Y. BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. In: **Serviço Social:** Direitos Sociais e Competências Profissionais. CFESS/ABEPSS, 2009.

QUARTO ANO

DISCIPLINA:	MOVIMENTOS SOCIAIS		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA Teoria sobre as classes sociais e os movimentos sociais. Estrutura de classes da sociedade brasileira. Construção da identidade dos movimentos sociais. Os movimentos sociais na contemporaneidade. O Serviço Social e os Movimentos Sociais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2015.			
GOHN, Maria da Glória. Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 2006.			
MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia (Orgs.). Estado, classe e movimento social. São Paulo: Cortez, 2010 (Biblioteca Básica de Serviço Social, v. 5).			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR GOHN, Maria da Glória. Sociologia dos movimentos sociais. São Paulo: Cortez, 2014.			
LEHER; Roberto; SETÚBAL, Mariana (Orgs.). Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.			

DISCIPLINA:	ESTATÍSTICA		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA A Estatística e sua importância nas Ciências Sociais. Método estatístico. Coleta de dados. Tabulação de dados de uma pesquisa. Apresentação dos dados. Tabelas e regras para sua apresentação. Representação gráfica e sua interpretação. Distribuição de frequências. Medidas de tendência central.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA BUSSAB,W.O., MORETTIN.P. A. Estatística Básica , 5ª ed., São Paulo: Editora Saraiva LTDA, 2002.			

CRESPO, Antônio Arnot. **Estatística Fácil**. 19ª ed., São Paulo: Ed. Saraiva, 2009.

FONSECA, J. S; MARTINS, G. A. **Curso de estatística** - 6. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAGALHÃES, M. N.; LIMA, A. C. P.. **Noções de probabilidade e estatística**. 7. ed. atual. São Paulo (SP): EDUSP, 2010.

MEYER, P.L. **Probabilidade**: aplicações à estatística. Rio de Janeiro: LTC, 1983.

SPIEGEL, M.. **Probabilidade Estatística**. São Paulo: Makron Books, 1993.

TOLEDO, G. L.; OVALLE, I, I.. **Estatística Básica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1995

DISCIPLINA:	ENSINO EM SUPERVISÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

O estágio e a supervisão no processo formativo do Assistente Social: trajetória histórica e marco regulatório (normativas, legislações, resoluções e documentos). A supervisão como atribuição privativa do Assistente Social. A natureza pedagógica da supervisão de estágio. Concepção e organização do processo de supervisão de estágio. Plano de Supervisão de Estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BURIOLLA, Marta. **Supervisão em Serviço Social**: o supervisor, sua relação e seus papéis. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de Estágio em Serviço Social**: desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Cláudia Mônica dos; LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Elpidio (Org.). **A supervisão de estágio em Serviço Social**: aprendizados, processos e desafios. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Formação do Assistente Social e a consolidação ético-político. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2010.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O Estágio Supervisionado**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

PORTES, Melissa Ferreira. O estágio e a supervisão **no processo formativo dos assistentes sociais**: a centralidade em questão. (Tese). Doutora em Serviço Social e Política Social. Universidade Estadual de Londrina, 2016.

DISCIPLINA:	SEMINÁRIOS TEMÁTICOS		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 120	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
As necessidades dos vários segmentos como: crianças, adolescentes e jovens; idosos; pessoas com deficiências e outros temas emergentes. Direitos Humanos e seus reatamentos na contemporaneidade como: questões de gênero; étnico-raciais; direito à cidade; meio ambiente e educação ambiental e outros temas emergentes. O trabalho do Assistente Social junto aos vários segmentos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BOBBIO, Norberto. A era dos direitos . Rio de Janeiro: Campus, 1992.			
CUNHA, B. C.; GUERRA, J. T. G. A questão ambiental : diferentes abordagens. Rio Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.			
FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) História social da infância no Brasil . São Paulo: Cortez, 1997.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BARTALOTTI, Celina Camargo. Inclusão social das pessoas com deficiência : utopia ou possibilidade? São Paulo: Paulus, 2006.			
CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação. Brasília: CFESS , 2013. 53 p. (Trabalho e projeto profissional nas políticas sociais).			
CORTELLA, Mario Sergio. A escola e o conhecimento : fundamentos epistemológicos e políticos. 5ª ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001.			
DINIZ, Margareth. Inclusão de pessoas com deficiência e/ou necessidades específicas : avanços e desafios. São Paulo: Autêntica Editora, 2012.			
DORNELLES, João. Ricardo W. O que são direitos humanos . S. Paulo, Brasiliense, 1988.			
LESBAUPIN, Ivo. As classes populares e os direitos humanos . Petrópolis, Vozes, 1984.			
LOUREIRO, C. F. B. Trajetórias e fundamentos da educação ambiental . São Paulo: Cortez, 2004.			
HADDAD, E. Direito à velhice . Editora Cortez.			
NERI, A. L. (Org.); DEBERT, G. G. (Org.). Velhice e sociedade . Campinas: Papyrus, 1999. OSÓRIO, L.C. Família hoje . Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1996.			
SAFFIOTI, H. I.B. Violência de Gênero : poder e impotência. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.			

DISCIPLINA:	LIBRAS		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
Conceitos, cultura e relação histórica da surdez com a língua de sinais. Políticas públicas e legislação. Gramática e noções básicas de Libras. Inclusão social e educacional do surdo. O papel do intérprete.			

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DORZIAT, Ana (org.). **Estudos Surdos**: Diferentes olhares. Porto Alegre: Mediação, 2011.

FERNANDES, Eulália (org.). **Surdez e bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2010.

SKLIAR, Carlos (org.). **A surdez**: Um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem , surdez e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

STROBEL, Karin Lilian. **Vestígios culturais não registrados na história**. 2008. 176 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis, SC.

DISCIPLINA:	TRABALHO PROFISSIONAL II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

A sistematização do trabalho profissional. Processo de organização e análise teórico-metodológico, ético-política e técnico-operativa sobre a intervenção profissional. Estratégias de registro e documentação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, Cláudia Mônica. **Na prática a teoria é outra?** Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. Do conhecimento teórico sobre a realidade social ao exercício profissional do assistente social: desafios na atualidade. In: SILVA, M.L. de. (Org). **Serviço Social no Brasil**: história de resistência e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016, p. 265-285.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Retomando a temática da “Sistematização da Prática” em Serviço social. **Em Pauta** – Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ, nº 10, julho/97. http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto3-2.pdf

FORTI, V. GUERRA, Y. Na prática a teoria é outra?. In: **Serviço Social**: temas, textos e contextos: Coletânea Nova de Serviço Social. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

DISCIPLINA:	SEMINÁRIO DE ORIENTAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO		
C/H TOTAL:	120		
C/H TEÓRICA: 30	C/H PRÁTICA: 90	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Revisão da literatura do tema da pesquisa. Coleta e organização dos dados. Sistematização e análise de dados. Construção do relatório do TCC. Avaliação e defesa final do TCC. Devolução e socialização dos resultados da pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Atlas, 1985.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 2.ed. São Paulo: Atlas S.A., 1990.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 15. ed. Petrópolis/RJ.: Vozes, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A pesquisa no Serviço Social: produção de conhecimento e intervenção social profissional. **Emancipação**, 6(1), p. 41-52, 2006. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/viewFile/71/69>

GOLDENBERG, M. **A Arte de pesquisar: como fazer uma pesquisa qualitativa em ciências sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Editora Autores Associados/Cortez, 1982.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1.986.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa – um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

DISCIPLINA:	SEMINÁRIO DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO II		
C/H TOTAL:	60		
C/H TEÓRICA: 60	C/H PRÁTICA:	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:

EMENTA

Processo de orientação, acompanhamento e avaliação do estagiário. As condições objetivas de trabalho dos supervisores de estágio. As condições éticas e técnicas do trabalho profissional nos campos de estágio. A sistematização da experiência de estágio (relatório final de estágio). Documentação: plano de estágio, folha de frequência, relatório semestral, diário de campo, estudo institucional, estudo das condições do trabalho profissional, mostra dos campos de estágio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional**. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, C. M. dos; LEWGOY, A. M. B; ABREU, M. H.E. **A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios**. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.

LIPORONI, A. A. R, C. (Org.) **Estágio supervisionado em serviço social: fundamentos, significados e perspectivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PINTO, R. M.F. **Estágio e supervisão: um desafio ao ensino teórico-prático do serviço social**. Tese apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 1997.

GUERRA, Y. BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. CFESS/ABEPSS, 2009.

DISCIPLINA:	ESTÁGIO SUPERVISIONADO II		
C/H TOTAL:	225		
C/H TEÓRICA:	C/H PRÁTICA: 225	C/H EXTENSÃO:	C/H SEMIPRESENCIAL:
EMENTA			
A inserção do estudante nos diferentes campos ocupacionais para o aprendizado do trabalho profissional. Documentação: plano de estágio, folha de frequência, relatório semestral, diário de campo, estudo institucional, estudo das condições do trabalho profissional, mostra dos campos de estágio, relatório final.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
LEWGOY, A. M. B. Supervisão de estágio em Serviço Social: desafios para a formação e o exercício profissional . São Paulo: Cortez, 2009.			
SANTOS, C. M. dos; LEWGOY, A. M. B; ABREU, M. H.E. A supervisão de estágio em serviço social: aprendizados, processos e desafios . Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2016.			
LIPORONI, A. A. R, C. (Org.) Estágio supervisionado em serviço social: fundamentos, significados e perspectivas . São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
PINTO, R. M.F. Estágio e supervisão: um desafio ao ensino teórico-prático do serviço social . Tese apresentada a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 1997.			
GUERRA, Y. BRAGA, M. E. Supervisão em Serviço Social. In: Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais . CFESS/ABEPSS, 2009.			

7. DESCRIÇÃO DA PESQUISA E EXTENSÃO NO CURSO DE GRADUAÇÃO

Assim como já previsto na metodologia, compreende-se que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é fundamental, na medida em que possibilita a formação profissional, a produção e divulgação do conhecimento científico e ações voltadas para as demandas dos diferentes segmentos sociais localizados na região de abrangência da universidade. Nesse sentido, o Curso de Serviço Social da UNESPAR *campus* de Apucarana, oferta projetos de pesquisa e de extensão, que articulados com as atividades de ensino, consolidam a unidade teoria e prática na formação profissional.

Dada a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, o desenvolvimento dos conteúdos em sala de aula deve priorizar a construção do conhecimento articulado à materialidade da vida social. Assim, busca-se no curso de Serviço Social da UNESPAR *campus* de Apucarana, proporcionar a formação integral dos estudantes através de uma prática educacional

que propicie a apreensão crítica da realidade, em seu movimento histórico e dialético, relacionando o conhecimento científico e a prática social, preservando a unidade teoria e prática - epistemologia e ontologia - na formação profissional, ou como denomina Chasin (2009), o estatuto ontoprático do conhecimento. Para tanto, é fundamental que o planejamento das aulas no curso de Serviço Social favoreça o uso de meios que possibilitem a aproximação dos conteúdos teóricos ao movimento da realidade social, observadas as características econômicas, políticas e sociais da região em que o curso se insere, adequando os objetivos do plano de ensino ao perfil profissional. Nesse sentido, a articulação do ensino com projetos de pesquisa e de extensão tem contribuído para uma aproximação e uma maior apreensão dos estudantes acerca da realidade social.

8. CORPO DOCENTE

COORDENADOR DO COLEGIADO DE CURSO				
Nome	Graduação	Titulações	C/H semanal dedicada à Coordenação do Colegiado de Curso	Regime de Trabalho
VALDIR ANHUCCI	Serviço Social Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo 2003	Especialização -2004 - UEL Mestrado - 2007 - UEL Doutorado - 2016 - UEL	20 horas	RT40-TIDE

PROFESSORES EFETIVOS			
Nome do Docente	Graduação	Titulações	Regime de Trabalho
ANTONIO PEREIRA DA SILVA	Ciências Econômicas Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - 1984	Especialização em Administração Financeira e Economia de Empresas Faculdade Paranaense - 1986 Mestrado em Economia Universidade Estadual de Maringá - 1999 Doutorado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina - 2018	RT40
CRISTIANO SCHINWELSKI	Filosofia Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco Santa Rosa - RS - 1985 Pedagogia Faculdade de Filosofia Ciências e Letras Dom Bosco Santa Rosa - RS - 1986	Especialização em Filosofia - História do Pensamento Brasileiro Universidade Estadual de Londrina - 1987 Mestrado em Filosofia/Ética Pontifícia Universidade Católica de Campinas - 2006	RT40
DANIELA CASTAMANN	Serviço Social Universidade Federal de Santa Catarina - 2003	Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina - 2006	RT40 - TIDE

<p>ELSON ALVES DE LIMA</p>	<p>Ciências Sociais Universidade Estadual de Londrina - 1995</p>	<p>Especialização em Sociologia e Sociologia da Educação Universidade Estadual de Londrina - 1998 Mestrado em Sociologia Política Universidade Federal do Paraná - 2002</p>	<p>RT40 - TIDE</p>
<p>JULIANA CRISTINA TEIXERIA DOMINGUES</p>	<p>Serviço Social Universidade Estadual de Londrina - 2000</p>	<p>Especialização em Política Social e Gestão de Serviços Sociais Universidade Estadual de Londrina - 2003 Mestrado em Ciências Sociais Universidade Estadual de Londrina - 2009 Doutorado em Scienza Politica e Sociali Università di Pisa - 2015</p>	<p>RT40-TIDE</p>

<p>LATIF ANTONIA CASSAB</p>	<p>Serviço Social Faculdade Paulista de Serviço Social de São Caetano do Sul - 1992</p>	<p>Mestrado em Serviço Social Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - 1997 Doutorado em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - 2003 Pós-Doutorado em História Universidade Federal de Santa Catarina - 2014 Especialização Gestão e Docência em EaD Universidade Federal de Santa Catarina - 2014</p>	<p>RT40-TIDE</p>
<p>LUCIANE FRANCIELLI ZORZETTI MARONEZE</p>	<p>Serviço Social Universidade Estadual de Londrina - 1999</p>	<p>Mestrado em Educação Universidade Estadual de Maringá - 2011</p>	<p>RT40-TIDE</p>

VALDIR ANHUCCI	Serviço Social Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo - 2003	Especialização em Política Social e Gestão de Serviços Sociais Universidade Estadual de Londrina - 2005 Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina - 2007 Doutorado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina - 2016	RT40-TIDE
VIVIANI YOSHINAGA CARLOS	Serviço Social Universidade Estadual de Londrina - 2004	Especialização em Política Social e Gestão de Serviços Sociais Universidade Estadual de Londrina - 2006 Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina - 2013 Doutorado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina - 2019	RT40-TIDE
PROFESSORES CRES			
Nome do Docente	Graduação	Titulações	Regime de Trabalho



<p>ALESSIO GAVA</p>	<p>Física Università degli Studi di Trieste – Itália - 1998</p>	<p>Doutorado em Física Universidade dos Estudos de Trieste (Itália) – 1998 - revalidado pelo MEC como “Licenciatura em Física” em novembro de 2008 Mestre em Lógica e Filosofia da Ciência Universidade Federal de Minas Gerais de Belo Horizonte - 2010 Doutorado em Lógica e Filosofia da Ciência Universidade Federal de Minas Gerais de Belo Horizonte – 2015</p>	<p>RT-40</p>
<p>ALEXSANDRO ELEOTÉRIO PEREIRA DE SOUZA</p>	<p>Ciências Sociais Universidade Estadual de Londrina – 2010</p>	<p>Especialização em Psicanálise - Curso Fundamental de Freud a Lacan Faculdade Pitágoras de Londrina – 2015 Mestrado em Ciências Sociais Universidade Estadual de Londrina – 2013 Doutorado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina – 2018</p>	<p>RT-40</p>



<p>DANILO FERREIRA DE BRITO</p>	<p>História Universidade Paranaense - 2008</p> <p>Serviço Social Universidade Estadual de Londrina - 2014</p>	<p>Especialização em Ensino de Geografia e História</p> <p>Instituto de Estudos Avançados e Pós-Graduação - 2009</p> <p>Mestre em Educação Universidade Estadual de Londrina - 2013</p>	<p>RT-40</p>
<p>ELIANE BARBOSA SANTOS PAGANI</p>	<p>Serviço Social Universidade Estadual de Londrina - 2000</p>	<p>Especialização em Trabalho Social com Famílias</p> <p>Faculdade Estadual de Ciências Econômicas de Apucarana - 2005</p> <p>Especialização em Administração Pública</p> <p>Centro Universitário Cesumar - 2015</p> <p>Mestrado em Serviço Social e Política Social</p> <p>Universidade Estadual de Londrina - 2016</p>	<p>RT-20</p>

<p>ELIEZER RODRIGUES DOS SANTOS</p>	<p>Serviço Social Universidade Estadual de Londrina – 2008</p>	<p>Residência Multiprofissional em Saúde da Família Universidade Estadual de Londrina – 2010 Especialização em Gestão de Serviços de Saúde Universidade Federal de São Paulo – 2011 Mestrado em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina – 2013</p>	<p>RT20</p>
<p>FABÍOLA GRASIELE ZAPPIELO</p>	<p>Letras Faculdade de Jandaia do Sul – 2001 Pedagogia Universidade Estadual do Centro-Oeste – 2014 Graduação em Letras - Libras. INSTITUTO EFICAZ – 2018</p>	<p>Especialização em Educação Bilíngue para Surdos-Libras/Língua Portuguesa Instituto Paranaense de Ensino – 2009 Mestrado em Formação Docente Interdisciplinar Universidade Estadual do Paraná - 2019</p>	
<p>FLÁVIO BENTO</p>	<p>Direito Universidade Estadual de Londrina - 1988</p>	<p>Mestrado em Direito Universidade Estadual de Londrina - 1997 Doutorado em Educação Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – 2006</p>	<p>RT-20</p>

<p>LUCIANA GRANDINI CABREIRA</p>	<p>Psicologia Universidade Estadual de Londrina - 2000</p>	<p>Especialização em Psicologia Aplicada à Educação Universidade Estadual de Londrina - 2001 Mestrado em Educação Universidade Estadual de Londrina - 2006</p>	<p>RT-40</p>
<p>MARCO ANTONIO DA ROCHA</p>	<p>Serviço Social Faculdade de Ciências Humanas e Sociais de Curitiba - 1992</p>	<p>Especialista em Magistério Superior Universidade Tuiuti do Paraná - 1993 Especialista em Programas de Atendimento à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco UFPR - 2000 Mestre em Serviço Social, Políticas Sociais e Movimentos Sociais PUC-SP - 2002 Doutor em Serviço Social e Política Social Universidade Estadual de Londrina - 2017</p>	<p>RT-20</p>

REBECA LOUZADA MACEDO	Letras Vernáculas e Clássicas Universidade Estadual de Londrina 2012	Mestrado em Estudos da Linguagem Universidade Estadual de Londrina – 2015	RT -40
--------------------------	--	--	--------

RESUMO DA QUANTIDADE DE DOCENTES POR TITULAÇÃO:

Graduados: 0
Especialistas: 0
Mestres: 10
Doutores: 08
Pós-Doutores: 01

9. NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

DANIELA CASTAMANN
DANILLO FERREIRA DE BRITO
ELSON ALVES DE LIMA
LATIF ANTONIA CASSAB
LUCIANE FRANCIELLI ZORZETTI MARONEZE
VALDIR ANHUCCI
VIVIANI YOSHINAGA CARLOS

ESTUDANTES QUE PARTICIPARAM DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO

CAMILA LUIZA BALABUCH SILVESTRE – PRIMEIRA SÉRIE
DÉBORA CRISTINA GERALDO DE SOUZA - TERCEIRA SÉRIE
MARCIA PROBST – PRIMEIRA SÉRIE
MILENA TOMAZ DE MIRANDA – SEGUNDA SÉRIE
PAULO HENRIQUE CAETANO FERREIRA – TERCEIRA SÉRIE
SORAIA BRAGA DE SOUZA – QUARTA SÉRIE
TALITA SILVA DE JESUS – QUARTA SÉRIE

10. INFRAESTRUTURA DE APOIO DISPONÍVEL

SALA DOS PROFESSORES - na sala dos professores há sete poltronas, dois sofás, duas mesas grandes com dezesseis cadeiras, uma televisão, acesso à internet via cabo e wireless e um telefone fixo – este espaço se destina aos professores que estão em período de intervalo ou aulas vagas. No acesso a sala dos professores existe 54 armários com data show, destinados à reserva para a utilização nas atividades desenvolvidas pelos professores.

SALA DE ESTUDOS - nesta sala há seis computadores com acesso a internet, com seis cadeiras, 300 escaninhos com chave para os professores, armário para os recursos audiovisuais e um estagiário para controle e assistência aos professores quanto aos recursos de internet e audiovisuais.

SALA DE PERMANÊNCIA E DE ATENDIMENTO A ESTUDANTES – uma sala equipada com mesas, cadeiras, computadores e internet que possibilita a permanência simultânea de três professores. Este espaço é voltado para o atendimento dos estudantes e para o desenvolvimento de outras atividades executadas pelos professores. Essa sala não é acessível para aqueles que apresentam alguma deficiência física que o impossibilita de utilizar escadas.

SALA DAS COORDENAÇÕES - sala destinada à organização e arquivo do material correspondente às Coordenações de Curso, de Estágio e de TCC. Trata-se de um espaço equipado com computadores, internet, mesas, cadeiras e armários, sendo também utilizado para o desenvolvimento de orientações de estudantes, assim como desenvolvimento de projeto de pesquisa ou extensão. Sala em condições de acessibilidade.

SALA DE REUNIÕES HELID BUDIAN - sala utilizada para as diferentes reuniões realizadas no *campus*. A sala dispõe da estrutura adequada para a realização dessas reuniões presenciais, além de equipamentos para realizações de reuniões por vídeo conferência, diante da realidade de uma universidade multicampi. Sala em condições de acessibilidade.

SALAS DE AULAS – quatro salas de aulas equipadas com carteiras e cadeiras com capacidade para acomodar cinquenta estudantes. Todas as salas estão em condições de acessibilidade.

SALA DOS COORDENADORES DE CURSO – trata-se de um espaço reservado à Coordenação do Curso de Serviço Social, equipado com mesa, cadeira, computador, impressora, internet e armário, destinado à efetivação dos trabalhos desempenhados pela coordenação do curso. Essa estrutura está localizada em uma grande sala que abriga todos os coordenadores de curso do Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCAS. Sala em condições de acessibilidade.

AUDITÓRIO GRALHA AZUL – trata-se de um espaço equipado com 560 cadeiras estofadas, sistema de som e ar condicionado palco com iluminação apropriada e camarim, banheiros e rampa de acesso para deficiente além de tela elétrica com data show e cabine suspensa para assessoramento do som e imagem. Auditório em condições de acessibilidade.

AUDITÓRIO JOSÉ BERTON - auditório equipado com 120 cadeiras estofadas, sistema de som e ar condicionado, palco com tela elétrica, sistema de som, data show e TV 42 polegadas além de computador com acesso a internet. Auditório em condições de acessibilidade.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA I - sala com quarenta e cinco computadores instalados em baias individuais para permitir o desenvolvimento de trabalhos individuais com acesso a internet. Espaço em condições de acessibilidade.

LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA II - sala com quarenta computadores instalados em baias individuais para permitir o desenvolvimento de trabalhos individuais com acesso a internet. Espaço em condições de acessibilidade.

CENTRO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS – espaço físico equipado com estrutura mínima para o atendimento psicológico e pedagógico aos estudantes.

BIBLIOTECA - espaço físico equipado com salas para o desenvolvimento de trabalhos em grupos, assim como espaços de estudo individuais voltados para pesquisas e leituras. Além disso, a biblioteca conta o acervo mínimo necessário para o funcionamento do Curso de Serviço Social.

11. ANEXOS:

ANEXO A - Regulamento do Estágio Supervisionado;

ANEXO B - Regulamento do Trabalho de Conclusão de Curso;

ANEXO C - Regulamento de Atividades Acadêmicas Complementares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Rio de Janeiro: 1996.

ABEPSS – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. **Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social**. Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996.

ABREU, M. M; LOPES, J.B. Formação profissional e diretrizes curriculares. **Revista Inscrita**. Ano VII, N.X. p. 11-16. Nov. 2007.

BOSCHETTI, Ivanete. O desenho das diretrizes curriculares e dificuldades na sua implementação. In: **Revista Temporalis**. O ensino do trabalho profissional: desafio para a afirmação das diretrizes curriculares e do projeto ético-político. Porto Alegre: ABEPSS. Ano IV, n. 8, jul./dez.2004.

BOSCHETTI, Ivanete. Implicações da reforma do ensino superior para a formação do assistente social: desafios para a ABEPSS. **Revista Temporalis**. Ano 1, n.1. Brasília: Valci, 2000, p. 81-97.

MASETTO, Marcos Tarciso. **Competências pedagógicas do professor universitário**. São Paulo: Summus, 2012.

CARDOSO, I. C. C. da. et al. **A especificidade do curso noturno**: as dimensões pedagógicas e cultural na revisão curricular. Em Pauta. Cadernos da Faculdade de Serviço Social. Nº 1. Rio De Janeiro, UERJ, 1993.

CHASIN, José. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

_____. A universidade pública sob nova perspectiva. In: **Revista Brasileira de Educação**. n.º 24. Rio de Janeiro, Set./Dez. 2003. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>> Acesso em: 06 de Jun. de 2016.

CFESS. **Código de Ética dos Assistentes Sociais de 1993**. Edição de 2011. Brasília-DF: CFESS, 2011.

_____. **Lei que regulamenta a profissão**. Lei nº 8662, de 7 de junho de 1993. Publicado no DOU em 08 de junho de 1993. Brasília-DF: CFESS, 1993.

FERNANDES, Florestan. Universidade e desenvolvimento. In. IANNI, Octávio (org.) **Florestan Fernandes**. 1º Ed. São Paulo: Ática, Coleção: Grandes Cientistas Sociais, 2008.

IAMAMOTO, Marilda V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. In: **Revista Serviço Social e Sociedade nº 120 especial**. Formação, Trabalho e Lutas Sociais - outubro/dezembro 2014. Edição Especial. São Paulo. Cortez Editora, 2014.

_____. As Dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs). **Serviço social e saúde: formação e trabalho profissional**. 2 ed. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, ABEPSS, Ministério da Saúde, 2007.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 414-452.

IBRE/FGV (Instituto Brasileiro de Economia/ Fundação Getúlio Vargas). FGV Dados. 2019. Disponível em: <https://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92C493F131B2>. Acesso em: 06 de maio de 2019.

IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social). **Cadernos Municipais**. 2018. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30. Acesso em: 06 de maio de 2019.

KOSIC, Karel. **A dialética do concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LIMA, Kátia. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, Larissa D.; ALMEIDA, Ney L. T. (orgs.) **Serviço Social e educação**. 2ª Ed. – Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2013.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2002. 12 ed.

MARANHÃO, Jucilene Dias; VERAS, Renata Meira. O ensino noturno na Universidade Federal da Bahia: percepções dos estudantes. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. 2017, vol.25, n.96, pp.553-584. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40362017000300553&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 06 de maio de 2019.

MESZÁROS, István. A educação para além do capital. [Tradução: Isa Tavares]. – 2. ed. – São Paulo: Boitempo, 2008. – (Mundo do trabalho).

MENDES, J.M. R. Os desafios das diretrizes curriculares na afirmação do projeto ético-político do serviço social: a proposta da oficina. **Revista Temporalis**. O ensino do trabalho profissional: desafio para a afirmação das diretrizes curriculares e do projeto ético-político. Porto Alegre: ABEPSS. Ano IV, n. 8, jul./dez.2004.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (Orgs). 2 ed. **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: Cortez, OPAS, OMS, ABEPSS, Ministério da Saúde, 2007.

PDI: **Plano de Desenvolvimento Institucional**: 2018-2022. Conforme Deliberação 01/2017 - CEE/PR /Coordenação e elaboração Gabinete da Reitoria e Pró-Reitoria de Planejamento. Paranaíba: UNESPAR, 2018.

SILVA, M.O. da S e. **Formação profissional do assistente social**: inserção na realidade social e na dinâmica da profissão. São Paulo: Cortez, 1984.

SILVA, Ricardo Silvestre da. A formação profissional crítica em Serviço Social inserida na ordem do capital monopolista. **Serviço social e sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 103, p. 405-432, jul./set. 2010.

SOUSA. Charles Toniolo de. A prática do assistente social: conhecimento, instrumentalidade e intervenção profissional. In: **Emancipação**, v. 1 n. 8. p. 119-132. Ponta Grossa: 2008.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia Dialética em Sala de Aula. **Revista de Educação AEC**. Brasília: abril de 1992 (n. 83).

VERGARA, Alcides *et al.* Autonomia e democracia. In: **Caderno do II Congresso Sindiprol/Aduel**. Que autonomia queremos? Nov. de 2013.

ANEXO C
REGULAMENTO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

Art. 1º Regular o aproveitamento e validação das Atividades Acadêmicas Complementares da Matriz Curricular que integra o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNESPAR *Campus de Apucarana*.

Art. 2º As Atividades Acadêmicas Complementares têm o objetivo de contribuir para o enriquecimento da formação profissional do estudante e para a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão, sendo o seu cumprimento indispensável para integralização curricular e colação de grau.

Art. 3º Todo estudante deverá cumprir 150 (cento e cinquenta) horas de Atividades Acadêmicas Complementares durante o período em que estiver cursando a graduação em Serviço Social.

Parágrafo Único. Não serão consideradas Atividades Acadêmicas Complementares aquelas realizadas em disciplinas obrigatórias ou optativas da Matriz Curricular do Curso, assim como o Estágio Não Obrigatório.

Art. 4º São consideradas Atividades Acadêmicas Complementares todas as atividades previstas no Anexo I.

Parágrafo Único. A carga horária a ser validada em cada uma das atividades está indicada no Anexo I que detalha as Atividades Acadêmicas Complementares.

Art. 5º Serão aceitos como comprovantes para validação das Atividades Acadêmicas Complementares certificados e declarações oficiais em que conste a carga horária da atividade.

§ 1.º Para publicação de trabalhos científicos será considerada a carga horária de 10 (dez) horas para cada trabalho publicado.

§ 2.º Para a apresentação de trabalhos em eventos científicos será considerada a carga horária de 4 (quatro) horas para cada trabalho apresentado.

Art. 6º O estudante deverá protocolar uma cópia de cada comprovante acompanhado do original para conferência pelo Setor de Protocolo.

Art. 7º A entrega dos comprovantes das Atividades Acadêmicas Complementares deverá ser organizada em formulário conforme Anexo II.

§ 1.º As Atividades Acadêmicas Complementares deverão estar listadas e suas cópias dispostas por natureza das atividades, respectivamente.

§ 2.º O estudante será responsável pelo cumprimento, acompanhamento e controle das horas de Atividades Acadêmicas Complementares.

Art. 8º Somente serão aceitas as atividades realizadas após o ingresso do estudante no Curso de Serviço Social.

Parágrafo Único. Não serão aceitas as atividades realizadas durante períodos de trancamento no Curso.

Art. 9º Os estudantes que ingressarem no curso de Serviço Social por meio de transferência ou ingresso como portador de diploma, deverão também cumprir, obrigatoriamente, a carga horária de Atividades Acadêmicas Complementares. Caso eles já tenham realizado atividades similares na instituição de origem, poderão solicitar à coordenação do Curso de Serviço Social o cômputo de sua carga horária, observando o Anexo I.

Art. 10 Cabe à Coordenação do Curso de Serviço Social:

I - Promover a divulgação deste Regulamento;

II - Orientar os estudantes sobre o que são as Atividades Complementares;

III - Orientar os estudantes sobre os procedimentos de validação;

IV - Proceder a contagem, fazer a validação das Atividades Acadêmicas Complementares e encaminhar ao Controle Acadêmico.

Art. 11. Os casos omissos serão resolvidos pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

Art. 12 - Este regulamento entrará em vigor a partir da data de sua aprovação.

ANEXO I

TABELA DE VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

CATEGORIAS	ATIVIDADES	CH MÁXIMA	DOCUMENTO PARA VALIDAÇÃO
Ensino	Disciplinas Complementares, não previstas no currículo e cursadas em outras IES	20	Histórico Escolar
	Atividades de Monitoria	30	Certificado ou Relatório Final
	Participação como ouvintes em Bancas de Defesa (Graduação e Pós-graduação)	10	Declaração
	Participação em minicursos na área ou em áreas afins	60	Certificado
Pesquisa	Projetos de Iniciação Científica	50	Certificado ou Relatório Final
	Projetos de Pesquisa Institucionais	50	Certificado ou Relatório Final
	Trabalho Científico publicado como autor ou co-autor	40	Cópia do Trabalho ou Certificado de Publicação
	Participação em grupos institucionais de trabalhos e estudos realizados na IES	20	Declaração
	Artigo publicado como autor ou co-autor na revista científica	50	Declaração ou Cópia do Artigo Publicado
	Relatórios de Pesquisa	30	Certificado ou Relatório Final
	Apresentação de Trabalhos Científicos	40	Certificado de Apresentação
	Seminários, oficinas, congressos, simpósios, conferências, encontros, etc.	100	Certificado de Participação
	Gestão de órgão de representação estudantil (UNE, UEE, DCE, CA, ABEPSS,		

Extensão	ENESSO e outros), representação discente junto a órgãos colegiado das IES (colegiados de cursos, comissões, conselhos)	40	Portaria ou Declaração emitida pelo setor competente
	Participação em Programas ou Projetos de Extensão	50	Certificado ou Relatório Final
	Visitas técnicas.	30	Declaração
	Organização de Eventos	40	Certificados
	Participação em campanhas, Conselhos de Políticas Públicas e outras atividades de caráter social, cívica e cultural	40	Declaração
Outros	Participação em eleições por convocação da Justiça Eleitoral	40	Declaração

ANEXO II
FORMULÁRIO DE VALIDAÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICAS COMPLEMENTARES

Estudante: _____

Série: _____ Telefone _____

E-mail _____

Data da Entrega: ____/____/____

DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

	ATIVIDADE	CH	PARA USO DA COORDENAÇÃO
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			

Total de Horas validadas _____

Parecer do Coordenador

Data ____/____/____

Assinatura do Coordenador





UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ UNESPAR
Campus de Apucarana



ANEXO A
REGULAMENTO DO ESTÁGIO DO CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Regulamento dispõe sobre o Estágio Obrigatório e o Estágio Não-Obrigatório do Curso de Serviço Social, da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) - *Campus* de Apucarana-PR, tendo como referência a Lei Federal nº. 9.394, 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional; a Lei Federal nº. 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Lei Nacional de Estágio; a Resolução nº. 046/2018 – CEPE/UNESPAR - Aprova o Regulamento Geral dos Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios dos Cursos de Graduação da UNESPAR; a Resolução nº. 533, de 29 de setembro de 2008, do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) - Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio no Serviço Social; as Diretrizes Curriculares, da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS/1996); a Política Nacional de Estágio (PNE/ABEPSS/2010), e o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNESPAR - *Campus* de Apucarana - PR.

CAPÍTULO II
DO OBJETO E DA DEFINIÇÃO

Art. 2º Este Regulamento dispõe sobre a concepção, estrutura administrativa, estrutura acadêmico-pedagógica, coordenação e a regularização dos campos, da concessão de bolsas, relativas aos estágios do Curso de Serviço Social da UNESPAR - *Campus* de Apucarana - PR.

Art. 3º Considera-se estágio curricular do Curso de Serviço Social, as atividades de aprendizagem profissional supervisionada, proporcionadas ao acadêmico pela participação em situações reais do exercício profissional, realizadas em entidades de direito público e privado, na comunidade em geral ou projeto de extensão desenvolvido pelo Curso de Serviço Social, sob a responsabilidade e Coordenação do Estágio e do Colegiado do Curso.

Parágrafo único. O estágio em projetos de extensão será permitido mediante reconhecimento deste pela Divisão de Extensão e Cultura do *campus*, os quais devem atender as legislações específicas de estágio.

Art. 4º Para que os Projetos de Extensão sejam reconhecidos como campos de estágio obrigatório em Serviço Social devem ser observados que:

I - os objetivos e funções desempenhadas pelo Serviço Social estejam em conformidade com os Art. 4º e 5º da Lei de Regulamentação da Profissão;

II - os projetos de intervenção e planos de estágio devem ser articulados ao trabalho do Serviço Social, considerando a análise e a apropriação crítica do contexto sócio institucional;

III - o (a) Supervisor (a) de Campo deverá ser um (a) assistente social vinculado (a) a equipe

executora do projeto, devidamente registrado no Conselho Regional de Serviço Social;

IV - os programas e/ou projetos externos à UNESPAR – *Campus* de Apucarana deverão estar credenciados na Instituição de Ensino Superior (IES) de origem e deverão assinar o Termo de Cooperação junto à Central de Estágio da UNESPAR, sendo acompanhados por um docente orientador;

V - os programas e/ou projetos da UNESPAR – campus Apucarana deverão estar credenciados na Central de Estágio da UNESPAR, sendo acompanhados por um docente orientador.

CAPÍTULO III DOS ESTÁGIOS

Art.5º - Os estágios classificam-se em:

- I - Obrigatórios;
- II – Não-Obrigatórios.

§ 1º O Estágio Obrigatório constitui-se em disciplina do currículo do Curso de Serviço Social, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma.

§ 2º O Estágio Não-Obrigatório constitui-se em atividade complementar à formação acadêmica dos estudantes, conforme descrito no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 3º Os Estágios Obrigatórios e Não-Obrigatórios poderão ser realizados na terceira e quarta séries do curso, a partir da conclusão das disciplinas exigidas como pré-requisitos: Ética Profissional, Fundamentos Históricos e Teórico- metodológicos do Serviço Social I, Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos do Serviço Social II, conforme definido na Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS.

Art. 6º O Estágio tem como objetivos:

I - proporcionar ao estudante oportunidade de conhecimento da realidade que se constitui campo de estágio, referendado nos conhecimentos teórico-práticos adquiridos no decorrer do Curso;

II - propiciar o desenvolvimento de postura investigativa, a partir da sistematização teórico-prática do trabalho profissional, considerando a realidade social e as mediações que perpassam a atuação profissional;

III - a construção de síntese entre as dimensões constitutivas da profissão: ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa;

IV - instrumentalizar o estagiário para identificar as demandas sociais e construir estratégias de intervenção comprometidas com as proposições do Projeto Ético-Político da profissão;

V - a articulação com a comunidade, os movimentos sociais, as organizações públicas, privadas e ou não governamentais;

VI - a capacitação crítico-analítica necessária ao processo de formação no que diz respeito especialmente ao deciframento das particularidades sócio institucionais e à elaboração criativa de estratégias de intervenção, comprometidas com as proposições ético-políticas do Projeto Profissional.

Art. 7º A regularização do Estágio junto ao Curso de Serviço Social far-se-á através dos seguintes documentos:

I - Termo de Compromisso de Estágio, devidamente assinado pelo representante legal do campo concedente de estágio; pelo coordenador de estágio e pelo estudante-estagiário;

II - Plano de Atividades de Estágio, devidamente assinado pelo assistente social Supervisor de Campo, pelo Supervisor Acadêmico, pelo Coordenador de Estágio do curso e pelo estudante-estagiário;

III - Apólice de seguro;

IV - Formulário de cadastro de campo de estágio.

Parágrafo único. É facultativa a celebração de convênio ou termo de cooperação entre a unidade concedente e a UNESPAR, conforme expresso no Artigo 8º da Lei 11.788/2008.

Art. 8º As atividades previstas no art. 2º, para que sejam consideradas Estágio, deverão atender os seguintes requisitos:

- I - vinculação aos campos credenciados pela Central de Estágio da UNESPAR, como campos de estágio;
- II - vinculação a um Plano de Atividades na área de Serviço Social;
- III - apresentação dos documentos pertinentes à formalização do estágio: Termo de Compromisso de Estágio, Plano de Estágio e Seguro contra acidentes;
- IV - supervisão de campo por assistente social vinculado à unidade concedente de estágio;
- V - supervisão acadêmica garantida pelo curso.

CAPÍTULO IV DA COORDENAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 10. A Coordenação do Estágio no âmbito do Curso de Serviço Social efetivar-se-á através dos seguintes órgãos:

- I - Coordenação de Curso;
- II - Coordenação de Estágio;
- III - Colegiado de Estágio.

Art. 11. Compete à Coordenação de Curso, entre outros objetivos: presidir o Colegiado de Curso, articular o trabalho dos diferentes professores e a integração entre as disciplinas, visando aos objetivos do curso, bem como assegurar o cumprimento dos planos curriculares e do regime didático do curso.

Art. 12. A Coordenação de Estágio do Curso de Serviço Social é o setor de articulação pedagógica, administração e avaliação do estágio curricular.

Art. 13. A estrutura da Coordenação de Estágio é composta pelo Coordenador de Estágio e pelos professores supervisores de estágio.

Art. 14. Compete à Coordenação de Estágio:

- I - analisar as propostas de estágio formuladas pelos diferentes espaços de trabalho e realizar os trâmites necessários para o credenciamento, recredenciamento e descredenciamento dos campos de estágio;
- II - divulgar aos acadêmicos os campos e as vagas de estágio e orientá-los quanto a documentação necessária para o seu ingresso;
- III - planejar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades relativas ao estágio no âmbito do Curso de Serviço Social;
- IV - promover encontros sistemáticos de análise e avaliação com os professores supervisores pedagógicos de estágio;
- V - propor avaliações periódicas com professores do curso para refletir sobre as questões teórico-práticas do Serviço Social, bem como sobre o desenvolvimento das disciplinas afetas ao Estágio Obrigatório;
- VI - emitir parecer sobre a continuidade do desenvolvimento do Estágio Não- Obrigatório pelo estudante mediante entrega de relatório semestral obrigatório;
- VII - avaliar a continuidade do desenvolvimento do estágio pelo estudante em casos de denúncias, manifestações por escrito e/ou descumprimento da Instituição de Ensino, do campo de estágio e/ou do estagiário, com relação ao Estágio Obrigatório e Não-Obrigatório.

Art. 15. Responderá pela coordenação de estágio um professor lotado junto ao Colegiado do Curso, eleito em reunião.

Art. 16. O Coordenador de Estágio exercerá sua função por um período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por mais dois anos, sendo atribuída a carga horária conforme a Resolução 046/2018 CEPE/UNESPAR.

Art. 17. Compete ao Coordenador de Estágio:

I - organizar e operacionalizar os procedimentos administrativos e implementar as deliberações acadêmico-pedagógicas do estágio, em cada ano letivo, com o Colegiado de Estágio;

II - definir, em conjunto com a Divisão de Ensino e Graduação do *campus*, as diferentes possibilidades de campo de estágio, mantendo um banco de dados atualizado;

III - conduzir o processo de credenciamento, recredenciamento e descredenciamento dos campos de estágio;

IV - registrar, a cada ano letivo, no site do Conselho Regional de Serviço Social (Paraná/11ª Região), informações sobre os estagiários, os campos de estágio, bem como o nome e o número de registro no CRESS dos Supervisores Acadêmicos e de Campo de Estágio, e demais informações solicitadas.

V - elaborar e manter atualizado um sistema de documentação e cadastro dos diferentes campos de estágio, bem como de documentos necessários ao desenvolvimento dos mesmos;

VI - assinar os Termos de Compromisso dos Estágios Obrigatório e Não-Obrigatório e Planos de Estágios;

VII - identificar os campos de estágio, divulgar as vagas disponíveis e os respectivos critérios para inserção dos estudantes em estágio supervisionado;

VIII - orientar os estudantes em relação à escolha da área e campo de estágio, bem como sobre as legislações de estágio e os procedimentos administrativos e acadêmico-pedagógicos do estágio;

IX - tomar as providências referentes à concessão das Bolsas de Estágio;

X - organizar, anualmente, os campos e grupos de estagiários e distribuí-los entre os Supervisores de Estágio;

XI - participar das reuniões do Colegiado do Curso e outras reuniões pertinentes ao estágio;

XII - convocar os Supervisores de Estágio para discutir questões relativas ao planejamento, organização, funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágio e de supervisão;

XIII - articular ações de ensino e extensão voltada à formação continuada do Supervisor de Campo;

XIV - coordenar as reuniões do Fórum de Supervisão de Estágio;

XV - encaminhar ao colegiado do Curso de Serviço Social as pautas das disciplinas referentes ao estágio;

XVI - avaliar os relatórios circunstanciados com indícios de desvirtuamento dos estágios emitidos pelos Supervisores de Estágios e após análise do Colegiado do Curso de Serviço Social, encaminhar à Divisão de Ensino e Graduação do *campus*.

Art. 18. O Colegiado de Estágio, órgão consultivo e assessor será integrado:

I - pelo Coordenador de Estágio do Curso;

II - por um Supervisor Acadêmico de Estágio e suplente;

III - por um Supervisor de Campo e suplente;

IV - por um representante discente em Estágio e suplente.

§ 1º Os representantes Supervisores de Campo, Supervisores Acadêmicos e Discentes, serão eleitos no início de cada ano letivo pelo Fórum de Supervisão de Estágio.

§ 2º A vigência do mandato dos discentes, supervisores de campo e supervisores acadêmicos e no Colegiado de Estágio será de no máximo 01 (um) ano.

Art. 19. Compete ao Colegiado de Estágio do Curso:

I - assessorar, discutir e planejar as atividades de Estágio no Curso de Serviço Social;

II - planejar e coordenar o Fórum de Supervisão de Estágio do Curso de Serviço Social;

III - analisar e emitir pareceres em situações omissas neste Regulamento.

CAPÍTULO V DA ESTRUTURA ACADÊMICO-PEDAGÓGICA

Art. 20. O Estágio Obrigatório estrutura-se da seguinte forma:

I - a disciplina Estágio Supervisionado I – (225 horas) deverá ser cursada na terceira série, ao longo do ano letivo, concomitantemente à disciplina de Seminário de Supervisão de Estágio I (72 horas/aula), cumpridos os pré-requisitos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso;

II - a disciplina Estágio Supervisionado II – (225 horas) deverá ser cursada na quarta série, ao longo do ano letivo, concomitantemente à disciplina de Seminário de Supervisão de Estágio II (72 horas/aula), cumpridos os pré-requisitos estabelecidos no Projeto Pedagógico do Curso.

§ 1º As disciplinas pré-requisitos para Estágio Supervisionado I são: Ética Profissional (2ª série); Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos I (1ª série);

§ 2º As disciplinas pré-requisitos para Estágio Supervisionado II são: Ética Profissional (2ª série); Fundamentos Históricos e Teórico-metodológicos II (2ª série); e Estágio Supervisionado I, Seminário de Supervisão de Estágio I.

Art.21. A carga horária prevista para o cumprimento do Estágio Supervisionado I e Estágio Supervisionado II é de 225 (duzentos e vinte e cinco) horas, respectivamente, totalizando 450 (quatrocentos e cinquenta horas).

§ 1º O estudante deverá se inserir em um campo de estágio no decorrer do primeiro mês de cada ano letivo, de acordo com o cronograma estabelecido pela Coordenação de Estágio e aprovado pelo Colegiado de Curso.

§ 2º O cumprimento de carga horária de estágio deve ocorrer no decorrer do ano letivo, independentemente do cumprimento da quantidade de horas, e não poderá ser interrompida antes do término do ano letivo, respeitando a necessária concomitância entre as disciplinas de Estágio Supervisionado e Seminário de Supervisão de Estágio.

§ 3º À somatória de 225 (duzentos e vinte e cinco) horas anual de estágio poderão incidir até 10% de faltas, obedecendo as seguintes condições:

- I - apresentação de atestado médico de acordo com as regras estabelecidas pela UNESPAR;
- II - mudança de campo de estágio em decorrência do fechamento do mesmo;
- III - mudança do contrato de estágio.

§ 4º A não inclusão do estudante no campo de estágio, o não cumprimento da carga horária estipulada neste regulamento e/ou o previsto no § 3º deste artigo, acarretará sua reprovação na disciplina.

§ 5º O total de horas de estágio cumpridas não são cumulativas, portanto não poderão ser aproveitadas para o cumprimento de horas do ano subsequente.

Art. 22. Em caráter excepcional, a partir de uma solicitação por escrito do Estagiário; do Supervisor de Campo ou do Supervisor Acadêmico, podem ser autorizadas mudanças de campo de estágio.

§ 1º A solicitação deve necessariamente conter o detalhamento da situação existente e as devidas justificativas.

§ 2º A autorização de mudança de campo de estágio fica sujeita ao estudo da solicitação, a ser efetuado pela Coordenação de Estágio e Supervisor Acadêmico, ouvido o Colegiado de Estágio e deliberado no

Colegiado do Curso de Serviço Social.

CAPÍTULO VI DA SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

Art. 23. Entende-se por Supervisão de Estágio a orientação e o acompanhamento dos estagiários no decorrer de suas atividades, pelo Supervisor Acadêmico e pelo Supervisor de Campo, de forma a proporcionar-lhe o pleno desenvolvimento e desempenho de ações pertinentes à realidade da profissão.

§ 1º Somente podem ser Supervisores Acadêmicos de estágio docentes Assistentes Sociais do Curso de Serviço Social.

§ 2º A Supervisão Acadêmica será considerada como atividade de ensino conforme Resolução 046/2018 CEPE/UNESPAR.

Parágrafo único. O Supervisor Acadêmico poderá supervisionar até o máximo de 15 (quinze) estagiários, conforme orientação da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS, 2010).

Art. 24. A supervisão de estágio será desenvolvida pelos Supervisores Acadêmicos e de Campo sob forma de supervisão direta, conforme Resolução CFESS nº 533/2008.

Art. 25. A supervisão direta de estágio em Serviço Social se estabelece na relação entre a UNESPAR e a unidade concedente de estágio, de caráter público, privado e/ ou não governamental, sendo que caberá:

I - ao Supervisor de Campo apresentar o Plano de Trabalho à Coordenação de Estágio do curso, incluindo sua proposta de supervisão, no momento de abertura do campo de estágio;

II - ao Supervisor Acadêmico, ao Supervisor de Campo e ao Estagiário, elaborar o Plano de Estágio onde constem os objetivos, atividades e a dinâmica processual da supervisão, no início de cada ano letivo;

III - a definição do número de estagiários a serem supervisionados deve levar em conta a carga horária do Supervisor de Campo, as particularidades do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais, sendo que o limite máximo não deverá exceder 1 (um) estagiário a cada 10 (dez) horas semanais de trabalho, conforme Resolução CFESS nº 533/2008;

IV - a conjugação entre atividade de aprendizado desenvolvida pelo estudante no campo de estágio, sob acompanhamento direto do Supervisor de Campo e a orientação e avaliação a serem efetivadas pelo Supervisor Acadêmico vinculado a IES, resulta na supervisão direta de estágio.

Art. 26. A supervisão direta de estágio de Serviço Social deve ser realizada por Assistente Social, funcionário do quadro pessoal da Intuição/Campo de Estágio, em conformidade com o disposto no inciso III do Art. 9º da Lei Federal nº 11.788/2008, no mesmo campo e no mesmo local onde o estagiário executa suas atividades de aprendizado, assegurando seu acompanhamento sistemático, contínuo e permanente, de forma a orientá-lo adequadamente.

Art. 27. A supervisão direta de estágio, acadêmica e de campo, deverá prever o acompanhamento da prática discente no campo de estágio, em seus diferentes níveis, através de supervisões individuais, em grupo, visitas institucionais, reuniões, oficinas temáticas, fóruns locais e estadual de estágio, seminários, entre outros.

Art. 28. A supervisão de estágio poderá ser realizada por meio de orientações individuais e/ou coletivas conforme o Plano de Estágio, a realidade do campo de estágio e a complexidade das atividades profissionais a que estas estejam vinculadas.

Art. 29. A Coordenação de Estágio deverá fornecer, ao final de cada ano letivo, Declaração de Exercício de

Supervisão de Estágio para o discente, conforme orientação do conjunto CFESS/CRESS;

Art. 30. O campo de estágio deverá fornecer ao estudante e a Coordenação de Estágio, declaração comprobatória constando as seguintes informações: nome do estagiário, período de realização, total de horas cumpridas, local, nome e assinatura do responsável do estágio realizado.

CAPÍTULO VII DA SUPERVISÃO ACADÊMICA

Art. 31. Compete ao Supervisor Acadêmico:

- I - acompanhar e orientar as atividades de estágios, articulando o eixo ensino, pesquisa e extensão;
- II - desencadear o processo de reflexão sobre as dimensões técnico-operativa, teórico-metodológica e ético-política do Serviço Social desenvolvido no estágio;
- III - analisar e avaliar a documentação técnica elaborada pelo estagiário;
- IV - orientar a elaboração dos relatórios e demais instrumentos de monitoramento e de avaliação;
- V - avaliar o processo de ensino e aprendizagem do estagiário conforme artigos 47 e 48 deste Regulamento;
- VI - apresentar avaliação do desempenho do estagiário à Coordenação de Estágio;
- VII - encaminhar bimestralmente o controle de frequência dos estudantes;
- VIII - realizar contatos com os Supervisores de Campo responsáveis pelo estagiário no campo de estágio, para estabelecer e acompanhar o Plano Individual de Estágio;
- IX - comunicar a Coordenação de Estágio todas as alterações que vierem a ser processadas em relação à dinâmica, horários, locais, e outros aspectos referentes às supervisões;
- X - emitir relatórios circunstanciados quando houver indícios de desvirtuamento de estágio e encaminhar à Coordenação Estágio.
- XI - proceder o desligamento do acadêmico no campo de estágio, de acordo com a Coordenação de Estágio, quando se fizer necessário;
- XII - comparecer, quando convocado, às reuniões e demais promoções de interesse do estágio;
- XIII - solicitar reuniões com o Coordenador de Estágio ou com os Supervisores de Campo para resolver pendências relacionadas ao processo formativo do estagiário;
- XIV - fornecer anualmente, ao Coordenador de Estágio, todos os dados referentes ao estágio;
- XV - estabelecer sistemas de acompanhamento permanente com os Supervisores de Campo;
- XVI - realizar no mínimo 2 (duas) visitas no campo de estágio preferencialmente uma visita no início do ano letivo e outra no segundo semestre letivo.

CAPÍTULO VIII DA SUPERVISÃO DE CAMPO

Art. 32. Compete ao Supervisor de Campo:

- I - orientar a elaboração do Plano de Estágio a ser desenvolvido pelo estagiário, no que tange à especificidade do exercício profissional;
- II - supervisionar sistematicamente o estudante estagiário sob sua responsabilidade, realizando no mínimo uma reunião de supervisão por semana;
- III - acompanhar e orientar as atividades desenvolvidas pelo estagiário no âmbito do campo de estágio;
- IV - instrumentalizar o estagiário para o deciframento da realidade institucional e social, bem como para a formulação, execução e avaliação de propostas de intervenção;
- V - avaliar o desempenho do estagiário e encaminhar ao Supervisor Acadêmico o relatório com a respectiva carga horária, ao final cada bimestre letivo ou quando solicitado pela Coordenação de Estágio;
- VI - discutir em conjunto com o Supervisor Acadêmico o desempenho do estagiário;
- VII - solicitar o desligamento do acadêmico do campo de estágio, apresentando justificativa por escrito;

VIII - solicitar a presença do Supervisor Acadêmico de estágio no campo para resolver pendências relacionadas ao estágio e ao estagiário a saber: desistência do estágio por parte do estudante; informações decorrentes do absenteísmo dos estudantes estagiários, avaliação do desempenho do estudante no campo de estágio; reuniões com o Coordenador de Estágio ou com os Supervisores Acadêmicos, quando se fizerem necessárias;

IX - participar do Fórum de Supervisão de Estágio e demais atividades relativas ao estágio supervisionado, programadas pelo Curso de Serviço Social.

CAPÍTULO IX DO ESTAGIÁRIO

Art. 33. Compete ao Estagiário:

I - definir a área de estágio;

II - providenciar a documentação necessária conforme o Art. 7º;

III - protocolar junto, ao setor administrativo responsável pelos estágios no *campus*, três vias do Plano de Estágio, três vias do Termo de Compromisso de Estágio, uma cópia da Apólice de Seguro e uma cópia do Formulário de Cadastro do Campo de Estágio, antes de iniciar o Estágio Obrigatório e/ou Não-Obrigatório;

IV - elaborar o Plano de Estágio com Supervisor Acadêmico e com o Supervisor Campo;

V - definir com o Supervisor Acadêmico e com o Supervisor de Campo o horário e as condições para o cumprimento do estágio;

VI - notificar as situações de irregularidades ocorridas no campo de estágio ao supervisor acadêmico;

VII - comunicar a Coordenação de Estágio irregularidades ou impedimentos que venham prejudicar o processo de aprendizagem da sua formação profissional;

VIII - comunicar por escrito ao Supervisor Acadêmico e de Campo a desistência em realizar o estágio supervisionado;

IX - comunicar a Coordenação de Estágio mudanças e alterações quanto aos supervisores Acadêmico e de Campo de estágio;

X - respeitar o sigilo da instituição/campo de estágio, bem como as normas por elas estabelecidas;

XI - cumprir carga horária mínima de seis (6) horas diárias e oito (8) horas semanais no decorrer do ano letivo;

XII - cumprir as exigências acadêmico-pedagógicas previstas no curso, referentes ao estágio;

XIII - comprometer-se com seu processo de formação profissional, realizando suas atividades com assiduidade e responsabilidade;

XIV - participar do Fórum de Supervisão de Estágio.

CAPÍTULO X DO FÓRUM DE SUPERVISÃO DE ESTÁGIO

Art. 34. O Fórum de Supervisão de Estágio (FSE) constitui-se como espaço de formação permanente e de reflexão sobre o estágio supervisionado, tendo como objetivos:

I - fomentar a troca de experiências, articulação teórico-prática e construção do conhecimento, considerando os diferentes saberes compartilhados entre Supervisor de Campo, Supervisor Acadêmico e estudantes de Serviço Social;

II - qualificar a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social a partir do debate sobre o processo de supervisão na formação e trabalho profissional;

III - fortalecer o estágio como momento estratégico de formação pedagógica e política dos assistentes sociais;

IV - proporcionar a organização de docentes, supervisores de campo e estudantes, para o enfrentamento das questões relativas à formação e ao trabalho profissional;

V - fomentar a discussão sobre o estágio em Serviço Social, tomando como referências os regulamentos jurídicos-políticos e normativas da área do Serviço Social;

VI - problematizar questões que envolvam a dimensão ética, teórico-metodológica e técnico-operativa do estágio, prevendo possíveis respostas coletivas às situações cotidianas.

Art. 35. O FSE é composto pelos estudantes-estagiários e respectivos supervisores de campo, supervisores acadêmicos, coordenador de estágio, monitores das disciplinas de Seminário de Supervisão de Estágio, demais docentes do Curso de Serviço Social da UNESPAR – *Campus* Apucarana - PR, representante(s) do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS - 11ª. Região), do Núcleo do CRESS – (NUCRESS) – Apucarana – PR e do(s) representante(s) do Centro Acadêmico de Serviço Social.

Art. 36. O FSE se reunirá ordinariamente 1 (uma) vez por bimestre.

Art.37. As reuniões do FSE serão planejadas, convocadas e coordenadas pelo Colegiado de Estágio.

CAPÍTULO XI DO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO

Art. 38. O Estágio Obrigatório do curso constitui-se em uma exigência para obtenção do título de assistente social integralizando 450 (quatrocentos e cinquenta) horas.

Art. 39. O Estágio Obrigatório deverá ser cumprido dentro dos períodos letivos regulares, exceto aquele que, de acordo com sua natureza exija realização em época diferenciada, após a avaliação da Coordenação de Estágio e deliberação do Colegiado do Curso.

Parágrafo único. O início e o término do Estágio Obrigatório deverão obedecer ao período regulamentado no calendário das atividades de ensino dos cursos de graduação para o ano letivo.

Art. 40. Durante o período de estágio o estudante deverá ser incluído, pela UNESPAR, em apólice de seguro de acidentes pessoais, cujo número deverá constar no Termo de Compromisso de Estágio, quando se tratar de estágio obrigatório.

Art. 41. O período do Estágio Obrigatório será de até 1 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período na mesma instituição desde que não exceda dois anos consecutivos.

Art.42. O pedido de prorrogação deverá ser feito por meio de Termo Aditivo de Compromisso formalizado no prazo de 30 (trinta) dias antes do final da vigência, instituído com Plano de Estágio e com o número da Apólice de Seguro.

CAPÍTULO XII DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

Art. 43. O Estágio Não-Obrigatório poderá ser realizado por estudantes regularmente matriculados na terceira e quarta séries do curso de Serviço Social obedecendo as mesmas normativas do Estágio Obrigatório, contidas no Capítulo II da Resolução 046/2018 CEPE/UNESPAR.

Art. 44. A carga horária semanal do Estágio Não-Obrigatório deverá ser de no mínimo 20 (vinte) horas e no máximo 30 (trinta) horas, conforme a Lei n. 11.788/2008.

Parágrafo único. Excepcionalmente o Estágio Não-Obrigatório poderá ser realizado aos sábados e/ou domingos com a permanência do Supervisor de Campo e com autorização do Colegiado de Curso.

Art. 45. A carga horária realizada no Estágio Não-Obrigatório poderá ser reconhecida para fins de Estágio

Obrigatório, desde que seja realizada em período compatível e cumpra as demais exigências do mesmo.

§ 1º Para fins de Estágio Obrigatório será considerada a carga horária mínima de 225 (duzentas e vinte e cinco) horas anuais.

§ 2º A Unidade Concedente de Estágio deverá emitir, no final do ano letivo, a certificação do cumprimento da carga horária de Estágio Não-Obrigatório, subtraída a carga horária utilizada como Estágio Obrigatório, quando for o caso.

Art 46. A avaliação do Estágio Não-Obrigatório será realizada mediante entrega de Relatório Semestral protocolado pelo estudante ao respectivo Supervisor Acadêmico.

Parágrafo único. Em hipótese alguma a realização do Estágio Não-Obrigatório substituirá o Estágio Obrigatório.

CAPÍTULO XIII DA AVALIAÇÃO

Art. 47. São critérios de avaliação do estagiário:

I - a produção escrita referente aos trabalhos exigidos durante a realização do estágio;

II - o desempenho das atividades previstas, considerando o compromisso com a sistematização técnica e com o registro das informações, assiduidade, rigor teórico metodológico;

III - o desenvolvimento da postura profissional, considerando a observação e a conduta conforme o Código de Ética Profissional e demais referências político-legais da profissão;

IV - a concretização de atitude crítico-analítica, considerando a produção de sistematização teórico-metodológica e elaboração do relatório final.

Art. 48. Os instrumentos de avaliação obedecerão ao estipulado nos Planos de Ensino das Disciplinas de Seminário de Supervisão de Estágio I e Seminário de Supervisão de Estágio II, apreciados e aprovados anualmente pelo Colegiado do Curso de Serviço Social.

Art.49. Será aprovado o estudante que obtiver a média final igual ou superior a 7,0 (sete) e tiver cumprido a carga horária mínima prevista no Projeto Pedagógico do Curso.

Parágrafo único. Não se aplicam ao estágio as normas referentes ao Exame Final.

CAPÍTULO XIV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art.50. O presente Regulamento será dado a conhecer aos estudantes pela Coordenação de Estágio.

Art.51. Os casos omissos no presente Regulamento serão apreciados pelo Colegiado de Estágio e resolvidos pelo Colegiado do Curso de Serviço Social e demais instâncias competentes da UNESPAR.



1 Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às dezessete horas e
2 vinte minutos, na Sala das Coordenações do Curso de Serviço Social, UNESPAR, *Campus* de
3 Apucarana, ocorreu a reunião extraordinária do Colegiado de Curso de Serviço Social com a
4 presença dos seguintes docentes: Valdir Anhucci, Viviani Yoshinaga Carlos, Elson Alves de
5 Lima, Eliane Barbosa Santos Pagani, Danillo Ferreira de Brito, Daniela Castamann e Latif
6 Antonia Cassab. A reunião foi presidida pelo professor Valdir Anhucci, tendo como pauta
7 única o seguinte assunto: apreciação das alterações feitas pelo NDE na proposta de PPC do
8 Curso de Serviço Social. O professor Valdir Anhucci lembrou os presentes que tanto o PPC
9 quanto os regulamentos de Estágio, de TCC e AAC já haviam sido aprovadas pelo Colegiado
10 de Serviço Social em reunião ordinária do dia quatorze de maio de dois mil e dezenove.
11 Nesse sentido, esses documentos também foram apreciados e aprovados pelo Conselho de
12 Centro de Ciências Sociais Aplicadas com a condição de que os mesmos fossem avaliados
13 pela Câmara de Graduação antes de serem submetidos ao CEPE. A partir da avaliação
14 proposta, a Câmara de Graduação emitiu parecer apontando algumas alterações a serem
15 realizadas. Sendo assim, o NDE se reuniu no dia dez de outubro de dois mil e dezenove com
16 o objetivo de fazer tais alterações. O professor Valdir Anhucci apresentou as alterações
17 realizadas pelo NDE ao Colegiado de Serviço Social e abriu para a discussão das mesmas. O
18 professor Elson Alves de Lima se manifestou lembrando a importância do processo para
19 melhorar o PPC do curso e valorizou o esforço dispendido para concluir os trabalhos.
20 Também afirmou que o projeto é consistente e avançou em relação ao anterior. O professor
21 Valdir Anhucci também se manifestou valorizando o trabalho que foi realizado e o salto
22 qualitativo que o Curso de Serviço Social terá com o novo projeto pedagógico. O professor
23 lembrou que tanto a nova Matriz Curricular, quanto o conteúdo das disciplinas podem
24 viabilizar uma maior qualidade na formação profissional dos estudantes do Curso de Serviço
25 Social. Não havendo mais discussão sobre o assunto, o professor Valdir Anhucci submeteu à
26 apreciação do Colegiado de Serviço Social as alterações feitas pelo NDE no PPC do curso de
27 Serviço Social da UNESPAR *campus* de Apucarana. Tais alterações foram aprovadas pela
28 unanimidade dos presentes. O PPC, juntamente com os regulamentos de Estágio, de TCC e
29 AAC serão encaminhados à Direção de Centro para posterior apreciação do Centro de
30 Ciências Sociais Aplicadas. Uma vez apreciados pelo Conselho de Centro de Ciências Sociais
31 Aplicadas, os referidos documentos serão encaminhados para apreciação do CEPE que
32 ocorrerá no mês de novembro. Não havendo mais nada a tratar, a reunião se encerrou às
33 dezessete horas e cinquenta minutos.

Eliane Pagani

Av. Minas Gerais, 5021, Apucarana - PR / CEP: 86.813-250 / Fone: 43-3420-
5700www.unespar.edu.br

34 **Presentes:**

35

36

37

Danillo Ferreira de Brito Danillo F. de Brito

38

Daniela Castamann Daniela Castamann

39

Eliane Barbosa Santos Pagani Eliane Pagani

40

Elson Alves de Lima ~~Elson Alves de Lima~~

41

Latif Antonia Cassab ~~Latif Antonia Cassab~~

42

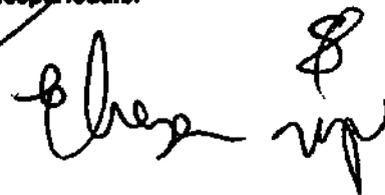
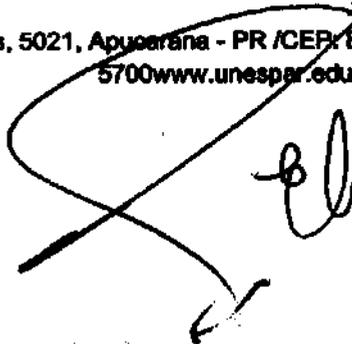
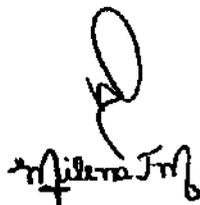
Valdir Anhucci ~~Valdir Anhucci~~

43

Viviani Yoshinaga Carlos Viviani Yoshinaga Carlos

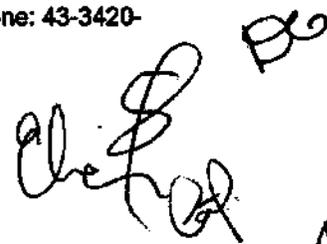
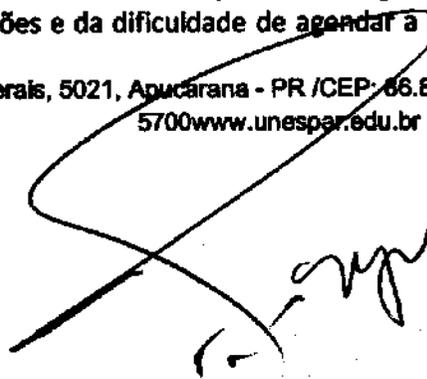
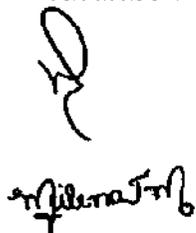
1 Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às quinze horas e
2 cinquenta minutos, na sala de reuniões Helid Budlan, UNESPAR, *Campus* de Apucarana,
3 ocorreu a reunião do Colegiado do Curso de Serviço Social com a presença dos seguintes
4 docentes: Valdir Anhucci, Viviani Yoshinaga Carlos, Elson Alves de Lima, Eliane Barbosa
5 Santos Pagani, Marco Antônio da Rocha, Latif Antonia Cassab e Daniela Castamann.
6 Participaram ainda, da reunião, os estudantes Paulo Henrique Caetano Ferreira e Milena
7 Tomaz de Miranda. Neste sentido, estavam representados na reunião os estudantes da
8 segunda série e da quarta série do Curso de Serviço Social da UNESPAR, *Campus* de
9 Apucarana respectivamente. A reunião foi presidida pelo professor Valdir Anhucci, tendo
10 como pauta os seguintes assuntos: 1) Informes; 2) Apreciação da Ata da reunião anterior; 3)
11 apreciação do Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social da UNESPAR, *Campus* de
12 Apucarana e dos respectivos Regulamentos; 4) Semana de Serviço Social do Curso; 5) Outros
13 Assuntos. O professor Valdir Anhucci trouxe informações sobre a reunião administrativa
14 ocorrida entre o Diretor de Centro e Coordenadores de Curso. Nesse sentido, o professor
15 Valdir Anhucci informou que faremos a atualização dos PADs assim que o sistema for aberto
16 para realizar os ajustes necessários. Os professores devem verificar as mudanças que
17 ocorreram em seus PADs e providenciar a atualização dos mesmos. O professor Valdir
18 Anhucci informou os nomes dos integrantes do NDE e do Colegiado de Curso de Serviço
19 Social da UNESPAR, *Campus* de Apucarana e, repassou as portarias que comprovam a
20 participação dos professores tanto no NDE, quanto no Colegiado do Curso de Serviço Social
21 da UNESPAR, *Campus* de Apucarana. O professor Valdir Anhucci também solicitou que os
22 professores que estão na Banca do PSS se organizem para cumprirem suas atividades
23 durante o processo que se inicia no dia vinte e sete de maio de dois mil e dezenove.
24 Encerrados os informes, o professor Valdir Anhucci submeteu à apreciação do Colegiado de
25 Serviço Social, a Ata da última reunião. Não havendo alteração no conteúdo, a ata foi
26 aprovada por unanimidade dos presentes. Em seguida o Colegiado de Serviço Social da
27 UNESPAR, *Campus* de Apucarana passou a apreciar o Projeto Pedagógico de Curso, assim
28 como os Regulamentos de TCC, de Estágio e de Atividades Acadêmicas Complementares. O
29 professor Valdir Anhucci informou que antes de passar pela reunião de Colegiado de Curso,
30 a Direção de Centro designou o professor Miguel Faria para verificar a necessidade de alguns
31 ajustes. Diante das sugestões feitas pelo professor Miguel Faria, o Colegiado de Curso de
32 Serviço Social da UNESPAR, *Campus* de Apucarana acatou algumas mudanças sugeridas, no
33 entanto outras sugestões não foram acatadas pelo fato do Projeto Pedagógico do Curso
34 estar de acordo com as Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social. Após essa análise
35 prévia, o professor Valdir Anhucci submeteu o Projeto Pedagógico do Curso do Serviço Social
36 da UNESPAR, *Campus* de Apucarana, assim como os Regulamentos de Estágio, de TCC e de
37 Atividades Acadêmicas Complementares à apreciação do Colegiado de Serviço Social da
38 UNESPAR, *Campus* de Apucarana. O professor Elson Alves de Lima se manifestou dizendo
39 que após um longo trabalho em torno da construção desses documentos o resultado foi
40 satisfatório, na medida em que foram realizadas alterações importantes para o Curso de
41 Serviço Social das UNESPAR, *Campus* de Apucarana. A professora Latif Antonia Cassab

Av. Minas Gerais, 5021, Apucarana - PR / CEP: 86.813-250 / Fone: 43-3420-
5700www.unespar.edu.br



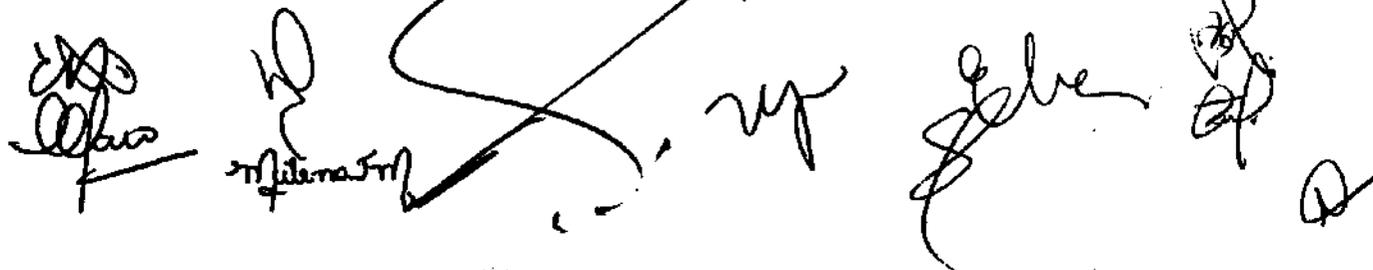
42 também reforçou o exaustivo trabalho que o NDE realizou, expressando sua posição
43 favorável à aprovação dos documentos que estão sendo apreciados. O estudante Paulo
44 Henrique Caetano alertou para a necessidade de corrigir as bibliografias quanto às normas
45 vigentes da ABNT. Não havendo mais comentários sobre os documentos em apreciação, o
46 Colegiado de Serviço Social da UNESPAR, *Campus* de Apucarana aprovou por unanimidade o
47 Projeto Pedagógico de Curso e os Regulamentos de Estágio, de TCC e de Atividades
48 Acadêmicas Complementares. Após a aprovação, esses documentos serão encaminhados
49 para a apreciação do Conselho do Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Em seguida
50 passamos a tratar da Semana de Serviço Social da UNESPAR, *Campus* de Apucarana. O
51 professor Valdir Anhucci alertou para a dificuldade que estamos tendo com a questão
52 financeira, pois para o primeiro semestre desse ano letivo de dois mil e dezenove não
53 teremos recursos para viabilizar a vinda de algum palestrante. Após a discussão sobre o
54 assunto, a opção do Colegiado de Curso de Serviço Social da UNESPAR, *Campus* de
55 Apucarana foi manter a Semana de Serviço Social para o mês de junho e trazer palestrantes
56 que estão próximos de Apucarana a fim de não gerar despesas financeiras. Foi definido o
57 período do dia dezessete a dezenove de junho de dois mil e dezenove, com a seguinte
58 programação: no primeiro dia com uma palestra mais conceitual sobre o tema, no segundo
59 dia o professor Marco Antônio da Rocha (UNESPAR – Apucarana) e o professor Fábio Lanza
60 (UEL) fariam a apresentação dos dados da pesquisa que foi realizada em Londrina e o
61 terceiro dia faríamos uma discussão sobre alguns serviços existentes em Apucarana com a
62 presença de assistentes sociais que atuam nessas políticas públicas. A estudante Milena
63 Tomaz de Miranda alertou para o risco de esvaziamento dos estudantes nesse período em
64 função do feriado no dia vinte de junho. No entanto, o Colegiado de Curso de Serviço Social
65 da UNESPAR – *Campus* de Apucarana decidiu por correr o risco e manter a realização do
66 evento nesse período. A professora Viviani Yoshinaga Carlos ficou de fazer o contato com os
67 profissionais para acertar a participação dos mesmos na Semana de Serviço Social da
68 UNESPAR – *Campus* de Apucarana. O professor Valdir Anhucci ficou de acionar o professor
69 Alex Eleotério para fazer o contato com o professor da UEM, a fim de convidá-lo a
70 participar do nosso evento. Em seguida a professora Latif Antonia Cassab solicitou
71 informações sobre a situação da professora Juliana Cristina Teixeira Domingues. O professor
72 Valdir Anhucci resgatou todo o processo quanto à solicitação da Licença sem Vencimentos,
73 considerando as posições do Colegiado do Curso de Serviço Social e do Conselho de Centro
74 de Ciências Sociais Aplicadas da UNESPAR – *Campus* de Apucarana. Com a negativa de
75 ambos os colegiados, a professora Juliana Cristina Teixeira Domingues entrou com um
76 Mandado de Segurança. Após a decisão do Poder Judiciário, a Procuradoria Jurídica da
77 UNESPAR se manifestou novamente e aguarda a decisão final do Poder Judiciário. Nesse
78 sentido, o Colegiado de Curso de Serviço Social da UNESPAR – *Campus* de Apucarana
79 continua aguardando tal decisão para resolver a situação da professora Juliana Cristina
80 Teixeira Domingues. Finalizado esse assunto passamos a tratar dos demais assuntos. A
81 professora Daniela Castamann trouxe a questão da segunda chamada em função da grande
82 quantidade de solicitações e da dificuldade de agendar a nova data da prova. Houve várias

Av. Minas Gerais, 5021, Apucarana - PR / CEP: 86.813-250 / Fone: 43-3420-
5700www.unespar.edu.br



83 situações em que há choque das datas de provas dos estudantes que estão cursando as
84 disciplinas normais e aqueles que estão cursando as dependências. A professora Daniela
85 Castamann trouxe o problema para que possamos planejar melhor isso. O professor Valdir
86 Anhucci alertou que o estudante só pode fazer a segunda chamada quando autorizado pelo
87 Coordenador do Curso. Nesse sentido, o professor deve estar atento para o parecer do
88 Coordenador do Curso, no sentido de verificar se o estudante está apto ou não a fazer
89 segunda chamada. O professor Valdir Anhucci lembrou que o estudante tem setenta e duas
90 horas para solicitar a segunda chamada. Além disso, o professor Valdir Anhucci solicitou que
91 cada professor verifique se todos os pedidos de segunda chamada já foram realizados para
92 depois marcar a prova de segunda chamada. As situações em que os estudantes estão
93 fazendo a DP sem estar frequentando a aula vão exigir mais autonomia nos estudos dos
94 mesmos na hora de fazer a prova. A professora Eliane Barbosa Santos Pagani alertou para o
95 baixo rendimento dos estudantes de DP que estão dispensados da frequência das aulas. O
96 professor Valdir Anhucci lembrou que não há o que fazer, se o estudante fez a opção por
97 não frequentar as aulas ele vai ter que dar conta do conteúdo e buscar as informações sobre
98 provas e trabalhos. O professor Elson Alves de Lima lembrou que na UNESPAR os
99 professores tem que atender a várias demandas administrativas no que diz respeito ao
100 estudante, o que sobrecarrega o trabalho docente. O professor Valdir Anhucci se
101 comprometeu a verificar se os pedidos de segunda chamada estão dentro do prazo e
102 solicitou que os professores antes de marcar a prova de segunda chamada procurem
103 verificar se todos já solicitaram a prova. Em seguida passamos a tratar algumas questões
104 acerca do Estágio. A professora Viviani Yoshinaga Carlos informou que diante da demanda
105 da professora Daniela Castamann, por conta do atraso no conteúdo, foi prorrogada a
106 entrega dos trabalhos dos estudantes de estágio. Nesse sentido, foi definido o seguinte
107 prazo: dia doze de junho a entrega dos trabalhos. A professora Viviani Yoshinaga Carlos
108 informou que reiniciará as atividades do Fórum de Supervisores, sendo agendada a data do
109 dia dezoito de junho de dois mil e dezoito, às quatorze horas e trinta minutos. Quanto
110 ao TCC, foi informado que ficaram apenas alguns TCCs para serem apresentados na próxima
111 semana, encerrando assim as apresentações dos projetos de pesquisa. A professora Daniela
112 Castamann trouxe um informe acerca da sua participação na reunião da Décima Sexta
113 Regional de Saúde. A professora Daniela Castamann informou que entregou o ofício à
114 Direção de Centro para se formalizar a indicação dos professores para participarem da
115 Comissão Integração Ensino-Serviço-Comunidade – CIESC. A professora Daniela Castamann
116 manteve o seu interesse em ser representante da Comissão Integração Ensino-Serviço-
117 Comunidade (CIESC), da Décima Sexta Regional de Saúde – Apucarana – PR. e reafirmou a
118 importância de ocuparmos esse importante espaço no Município. Segundo a professora
119 Daniela Castamann o trabalho ainda está bem no início, ou seja, está em processo de
120 planejamento. A professora Viviani Yoshinaga Carlos questionou se a partir de agora os
121 contratos dos PSS serão feitos para seis meses. O professor Valdir Anhucci afirmou que isso
122 não é comum, mas não tem a informação se esse procedimento será adotado a partir de
123 agora. Para finalizar a reunião o professor Valdir Anhucci lembrou que retornaremos as

Av. Minas Gerais, 5021, Apucarana - PR / CEP: 86.813-250 / Fone: 43-3420-
5700www.unespar.edu.br



124 reuniões na terceira segunda do mês. No entanto, diante da Semana de Serviço Social, a
125 próxima reunião ficou agendada para o dia vinte e quatro de junho de dois mil e dezenove.
126 Não havendo mais nada a tratar, a reunião se encerrou às dezessete horas e cinquenta
127 minutos.

128

129 **Presentes:**

130

131 Daniela Castamann Daniela Castamann

132 Eliane Barbosa Santos Pagani Eliane Pagani

133 Elson Alves de Lima Elson Alves de Lima

134 Latif Antonia Cassab Latif Antonia Cassab

135 Marco Antônio da Rocha Marco Antônio da Rocha

136 Milena Tomaz de Miranda Milena Tomaz de Miranda

137 Paulo Henrique Caetano Ferreira Paulo Henrique Caetano Ferreira

138 Valdir Anhucci Valdir Anhucci

139 Viviani Yoshinaga Carlos Viviani Yoshinaga Carlos



1 Ao dia 16 de outubro de 2019, reuniram-se na sala da Coordenação do Centro, no Campus de Apucarana
2 às 19:00 hrs, conforme convocação anterior, o Conselho do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, (CESA)
3 do Campus de Apucarana, para reunião extraordinária do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, os
4 professores abaixo nomeados: Pedro Alexandre Gomes, Michele Leandro Costa, Lucinéia Chiarelli, Valdir
5 Anhucci, Marcelo Cernev Rosa, Miguel Faria, Deborah C. O. Da Costa. A reunião foi presidida pelo
6 Professor Pedro Alexandre Gomes - Diretor do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, que no primeiro
7 momento apresentou a sequência dos itens de pauta, e deu as boas-vindas a todos os membros
8 presentes: (i) O primeiro e exclusivo ponto de pauta tratou da submissão para avaliação do Projeto
9 Pedagógico do Curso de Serviço Social. O projeto foi apresentado pelo professor Valdir Anhucci. Nesse
10 momento o professor Valdir apresentou a última versão revisada do projeto que será submetido no
11 próximo Conselho de Ensino e Pesquisa CEPE. O projeto recebeu sugestões de correções do Professor
12 Marcelo Cernev Rosa e também houve questionamentos quanto à implantação, que foi sinalizada para o
13 próximo ano letivo em 2020. Após a apresentação o projeto foi aprovado por unanimidade. Finalmente a
14 reunião foi encerrada.

Lucinéia Chiarelli;
Marcelo Cernev Rosa
Michele Leandro Costa;
Miguel Faria
Deborah Ol.Costa
Pedro Alexandre Gomes;
Valdir Anhucci

15

RESOLUÇÃO Nº XXX/2019 – CEPE/UNESPAR

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social – Bacharelado, do *Campus* de Apucarana da Unespar.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO E REITOR, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais; e

CONSIDERANDO o disposto no inciso II do Art. 7º do Regimento Geral da Unespar;

CONSIDERANDO a solicitação autuada no protocolo nº 16.090.959-5;

CONSIDERANDO a deliberação contida na ata da 3ª Sessão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, realizada no dia 05 de novembro de 2019, em União da Vitória;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social – Bacharelado, do *Campus* de Apucarana, a partir de 2020, com carga horária de 3.000 (três mil) horas, regime de matrícula seriado anual, 50 (cinquenta) vagas anuais, turno de funcionamento noturno, tempo mínimo de integralização de 4 (quatro) anos e máximo de 6 (seis) anos.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no site da Unespar.

Paranavaí, em xx de novembro de 2019.

Antonio Carlos Aleixo
Reitor

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANA
PRÓ-REITOR DE ENSINO E GRADUAÇÃO**

Protocolo: 16.090.959-5
Assunto: Solicita-se inclusão de pauta no CEPE para submissão do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social Campus de Apucarana.
Interessado: PEDRO ALEXANDRE GOMES
Data: 24/10/2019 20:27

DESPACHO

Segue processo para apreciação do CEPE, na 3ª sessão ordinária de 2019, a ser realizada em 05 de novembro de 2019.